



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

28ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 15 DE JUNHO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito boa noite a todos.

Estão presentes os Vereadores: Arselino Tatto, Rubinho Nunes, Sansão Pereira, Silvia da Bancada Feminista, Celso Giannazi, Eliseu Gabriel, Professor Toninho Vespoli.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 38ª Audiência Pública de 2023, sendo a 28ª Audiência Pública ao PL 127/2023, PDE do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei 16.050 de 31.07.2014, nos termos da previsão do seu artigo 4º.

Informo que essa reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/ e também pelo Youtube no canal TV Câmara São Paulo, no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e pela TV Câmara, canal 8.3.

Essa audiência vem sendo publicada desde o dia 1º de junho no *Diário Oficial da Cidade* e do dia 02 de junho nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 26 de abril, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão, aqui à nossa esquerda. Cada inscrito terá até três minutos, improrrogáveis, para se manifestar.

Foram convidados para essa audiência pública os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Fabricio Cobra, Secretário da Casa Civil; Dr. Marcus Vinícius Monteiro dos Santos, Promotor Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo e Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral.

Passemos, então, à 28ª audiência pública ao PL 127/2023, PDE, tendo como tema audiência pública geral.

Desde já passando a fala aos Vereadores e às Vereadoras presentes, convido o Vereador Eliseu Gabriel para suas considerações.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pela ordem, Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora Silvia, tem a palavra.

Aproveito para registrar a presença da Vereadora Luana Alves.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Gostaria de fazer um pedido para que nós esperássemos as pessoas que estão lá fora. Há muita gente lá fora, cerca de umas cem pessoas querendo entrar no auditório externo, e elas ainda não estão liberadas para entrar. Gostaria que o Sr. Presidente pedisse à GCM para dar uma agilidade nessa entrada das pessoas, pois muitos vieram de longe, da periferia de São Paulo para que pudessem participar. Não estão deixando entrar, por isso, meu pedido. (Palmas)

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador Toninho Vespoli.

- Manifestação na galeria.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Só para facilitar, as pessoas que estão lá não precisam se cadastrar, há um portão lateral. Vocês fecharam a porta da Câmara, que é de vidro, então elas estão sem acesso. Elas não precisam fazer o cadastro se entrarem pela parte lateral e isso adiantaria bastante todo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Primeiro, gostaria de registrar a presença do Vereador Rodrigo Goulart.

Solicito à Guarda Municipal que adote as medidas dentro do protocolo de segurança da Câmara para as pessoas, dentro também das possibilidades de capacidade de lotação e dos referidos protocolos estabelecidos pela Presidência da Casa.

Vereador Eliseu Gabriel, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ELISEU GABRIEL – Boa noite a todos.

Vamos começar agora? Então tenho o seguinte assunto: os conselheiros participativos municipais da cidade de São Paulo, um grupo muito grande, pediu para que eu lesse uma Moção de Repúdio ao Processo de Revisão do Plano Diretor de São Paulo, o que vou fazer nesse momento. (Palmas) A moção diz o seguinte: (Palmas)

- É lido o seguinte (*Moção de Repúdio ao Processo de Revisão do PDE*)

O SR. ELISEU GABRIEL – Assinam o documento os conselheiros participativos da cidade de São Paulo. Eu vi a cópia, havia cerca de 150 conselheiros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Eliseu Gabriel.

Passo a palavra ao Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os meus colegas Vereadores e minhas colegas Vereadoras; a Mesa. Quero cumprimentar, principalmente a população que hoje ocupa a Câmara Municipal, também saudar os movimentos sociais, que vieram colocar aqui suas demandas para a Câmara Municipal e, assim, promovendo o debate democrático.

Temos vários assuntos: meio ambiente, transporte e, principalmente, moradia. O movimento de moradia popular não está sendo atendido nesse Plano Diretor. Quem está sendo atendida é a especulação imobiliária, as construtoras, na cidade de São Paulo.

Então, Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo à V.Exa. que preside essa Comissão, para que postergue, para que deixe para o segundo semestre a discussão e votação desse projeto do Plano Diretor, porque a população que está trazendo as demandas precisa ser ouvida. E a demanda dessa população precisa ser implantada no Plano Diretor, no projeto. É preciso ter tempo para isso. Sem tempo, não vai adiantar nada nós ouvirmos as pessoas que estão trazendo as demandas justas, que são dessa mesma população.

Sr. Presidente, segue esse meu apelo. Sei da vossa sensibilidade a esse pleito, que também é de vários Vereadores e várias Vereadoras dessa Casa, para que ouçamos a população e, assim, consigamos implementar as medidas necessárias para que as pessoas mais pobres da cidade de São Paulo sejam contempladas no Plano Diretor.

Portanto, que deixemos essa discussão para o segundo semestre, mas ouvindo a população e colocando essa demanda no Plano Diretor, e não a da especulação imobiliária e, também, não a das construtoras.

Obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Celso Giannazi.

Registro a presença do nosso Relator Vereador Rodrigo Goulart e também a presença do Vereador Marlon Luz.

Passo a palavra, neste momento, à Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa noite a todos os meus colegas Vereadores e Vereadoras presentes. Boa noite à população que veio assistir.

Lamento, Sr. Presidente, que muita gente ainda esteja do lado de fora. Estou recebendo informes de que há pessoas, ainda na recepção, tentando entrar. Acho que seria possível fazermos uma suspensão de alguns minutos para esperar que essas pessoas consigam entrar. Essa quantidade de pessoas é sintoma do quanto a população quer se envolver nesse Plano Diretor; é sintoma de como as pessoas querem ser ouvidas.

O que acontece é que fizemos uma série de audiências públicas e é importante que todo mundo entenda isso. Houve dezenas de audiências públicas sobre um primeiro projeto que foi enviado a esta Casa, que não era o projeto da Prefeitura. Foi uma manobra antidemocrática utilizada. O que acontece? Veio um primeiro projeto, que já não era bom, que já tinha muitos problemas.

Esse projeto foi discutido dezenas de vezes. E aí? Na véspera da primeira votação chegou um projeto surpresa, muito pior do que o primeiro, que estabelece um nível profundo de retrocessos. Isso, gente, é profundamente antidemocrático, porque as pessoas ficaram semanas discutindo um projeto que não era nada! Que não era o conteúdo que a Prefeitura queria aprovar.

- Manifestação na galeria.

A SRA. LUANA ALVES – Então, isso, na minha opinião, é uma falta de respeito tremenda! Podia muito bem ter trazido, ainda que fosse um projeto ruim. Aquele segundo projeto deveria ter sido apresentado desde o começo, deveria ter sido mostrado, desde o começo, o que era, para as pessoas terem noção do tamanho do problema.

Agora, eu repito aqui o que já foi dito em várias reuniões de Vereadores, em reuniões

entre Colégio de Líderes e reuniões de Bancadas: não há condição de esse plano ser aprovado, do jeito que está, nesta Casa. E nem mesmo de vir à votação.

Existe, obviamente, um clamor popular muito grande. Existe um substitutivo que está sendo construído entre alguns Vereadores da Oposição, entre especialistas de urbanismo e mobilidade, um substitutivo que é uma construção coletiva, inclusive com o Fórum 23, e que será apresentado. Acho que ele tem de ser discutido seriamente entre todos nós, Vereadores. Não é possível que a Câmara simplesmente assinasse embaixo de um absurdo completo. Essa Câmara tem independência política. Todos os senhores, Vereadores, foram eleitos pelo voto popular e também podem ser “deseleitos” pelo voto popular, todos nós podemos.

Então, é importante sabermos que não é algo fora do comum, nem fora de série. A Câmara poder negar um projeto que veio do Executivo ou que veio de um Relator, é uma possibilidade completamente democrática. E eu acho que o caso aqui, que está acontecendo, é que vai ter de acontecer! Não tem condições políticas de os senhores levarem isso! Estou falando de forma muito honesta e muito franca, Vereador Rubinho. Não tem condições políticas de vocês levarem isso. O que está acontecendo é um escândalo tremendo.

Vocês vão ter - já estão tendo - um desgaste muito grande. Então, adiem isso, porque não dá para ter um nível de retrocesso, de atraso, tão grande, como é essa versão que mandaram do Plano Diretor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereadora Luana Alves.

Quero registrar e agradecer a presença do Vereador Senival Moura. Passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Agradeço.

- Manifestação na galeria.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Salve, salve, povo de luta, que hoje ocupa a Câmara Municipal.

Queria cumprimentar todos os movimentos sociais, brigadas populares, o MDB, Facesp, o MTST, Ocupação Nova Canudos, Quilombo Saracura, enfim, todos aqueles que, hoje, se mobilizaram para estar aqui, para dizer "não" a essa revisão do Plano Diretor. (Palmas)

Queria dizer que essa revisão, o sentido que essa revisão tem é o de colocar, pois se ficar como está, será uma catástrofe na nossa cidade. Vamos ter uma cidade mais congestionada, mais alagada, mais poluída, com menos áreas verdes, e com menos Habitação de Interesse Social. Uma cidade mais desigual, uma cidade que vai virar um canteiro de obras das grandes construtoras e incorporadoras. Isso está presente em vários artigos dessa revisão do Plano Diretor, que nós queremos ver suprimidos.

Na verdade, a gente quer outro Plano Diretor, não esse que está aqui. A gente quer um Plano Diretor popular, porque do jeito que está aqui, do jeito que esse plano foi colocado, eu vou mostrar para vocês como a cidade vai ficar.

- Oradora exhibe documento.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Vai ficar assim, gente, olha. Vai virar um grande canteiro de obras! Vai virar o varejão das construtoras. Construtoras vendendo apartamentos de alto padrão, com quatro vagas de garagem, apartamentos de 14 milhões; de 6 milhões; de 4 milhões. Sabe onde, gente? Perto do metrô!

- Manifestação na galeria.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Quem é rico vai morar perto do metrô, quem é pobre vai ficar sem casa lá na periferia, tendo de trabalhar, enlatado, igual sardinha dentro do transporte público. Está tudo invertido. Quem tem que morar perto do metrô, quem tem que morar perto de corredor de ônibus é quem precisa de transporte público e não quem pode comprar apartamento de 14 milhões e quatro vagas de garagem.

Esse Plano Diretor vai privilegiar os apartamentos de alto padrão e os miolos de bairro com apartamentos de alto gabarito. E o que será feito com o dinheiro da habitação

popular? Vão acabar com o Fundurb e, como consequência, vai aumentar a desigualdade social na cidade de São Paulo. É por isso que hoje a população veio aqui para dizer não a esta Revisão do Plano Diretor. Juntamente com os movimentos sociais, com as bancadas de oposição e com o Fórum 2023, nós estamos construindo outro projeto, um substitutivo popular, que apresentará o que a população de São Paulo precisa. E o que a população precisa? Que os que precisam de transporte público estejam próximos dos eixos estruturais. Além disso, queremos o Fundurb voltado à moradia popular na cidade de São Paulo, que tem um déficit de 400 mil moradias. Não é a iniciativa privada que constrói HIS 1, é o Poder Público, mas, para isso, é necessário ter dinheiro do Fundurb, e querem acabar com ele.

Por tudo isso, gente, esta Revisão do Plano Revisor não pode ser votada na semana que vem. É isso aí, com a força dos movimentos populares.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Passo a palavra ao Vereador Toninho Vespoli, que também porta um belíssimo cartaz.

- Manifestações na galeria.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Boa noite a todos e a todas.

Em nome do Presidente desta sessão, Vereador Rubinho Nunes, cumprimento todos os membros da Mesa e o povo de luta que veio reivindicar seus direitos.

Eu fico muito contente de ver muitos rostos que eu encontro no dia a dia, na luta por qualidade de vida nos seus bairros, pessoas que amam esta cidade e moram nela, e a gente quer que ela seja para todo mundo e não para poucos.

A cidade está à venda, e isso é fato. Agora, o que me deixa impressionado é que aquele que a está vendendo ganhará alguma coisa por isso, porque, se não ganhasse, não estaria vendendo. Eu queria saber o que eles vão ganhar para vender a cidade dessa maneira? Se a maioria do povo não vai poder usufruir dela, algo precisa ser explicado.

É bom ressaltar que eu participei da discussão do Plano Diretor e, naquele momento,

houve participação popular nas audiências públicas, sempre lotadas, e o então Relator Nabil Bonduki incorporou boa parte das reivindicações da população. Já as audiências públicas de agora, que eu também participei, tirando uma ou outra que estava cheia, a grande maioria estava esvaziada e, do Plenário, metade estava composta por assessores de parlamentar ou da Administração. O povo, então, não participou deste processo, e não adianta legitimar algo que não teve a participação popular. Mais ainda, o Plano Diretor prevê que o projeto de Revisão tem que ter a mesma participação popular que teve o projeto original.

Esse projeto de Revisão do Plano Diretor é, então, legítimo? No meu ponto de vista, não. E, não à toa, está sendo questionado pelo Ministério Público e, caso passe nesta Casa, vai ser questionado na Justiça, porque não é legítimo. Inclusive foi pouco o tempo para as audiências públicas e nós que participamos da Comissão de Educação e da CCJ nunca tivemos como...

- Manifestações na plateia.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Só um momentinho, gente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço ao público que respeite o orador na tribuna. Por gentileza.

Tem a palavra, Vereador Toninho.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Pessoal, as Comissões nunca fizeram audiências públicas do Plano Diretor. Quem fez todas foi a Comissão de Política Urbana e, para poderem aprovar o projeto em tempo recorde, fizeram as audiências de qualquer jeito, mesmo que esvaziadas, para, quando tiverem que justificar para a Justiça, dizerem que realizam cerca de 50 audiências públicas e que deram a oportunidade de o povo participar. Esse será o discurso para justificar essa quantidade de audiências públicas e porque estavam esvaziadas. No entanto, fizeram de qualquer jeito, em tempo recorde, não dando a oportunidade para o povo participar. Inclusive a Vereadora Silvia da Bancada Feminista tentou garantir ônibus para que as pessoas pudessem comparecer, mas o povo não participou desse processo, e eu acho que isso tem que ficar muito bem evidenciado aqui.

Outro ponto é que o setor imobiliário, o Secovi, está dando o troco que eles não

conseguiram dar no Plano Diretor, porque praticamente todas as propostas relevantes apresentadas por eles foram incorporadas ao substitutivo do Plano. Todas. Aliás, eu acho que esse substitutivo foi bem além do que eles queriam. Com as audiências públicas esvaziadas, eles fizeram bastantes propostas e incluíram duas ou três das mais votadas para demonstrar que escutaram o povo. Mas isso são dois ou três por cento das propostas do povo, enquanto o Secovi teve mais de 70% das suas propostas incorporadas ao projeto substitutivo. Esse substitutivo, portanto, é do Secovi e não do povo, dos movimentos sociais, dos urbanistas e dos especialistas da Academia, que estudam a cidade cotidianamente e que têm muito a colaborar. Esta Revisão do Plano Revisor é da Secovi.

Como a Vereadora Sílvia já falou, eles vão aumentar o número de garagens e o perímetro nos eixos de mobilidade. Imaginem a destruição que vai ser no centro da cidade, que já tem metrô para tudo quanto é lado. Mais ainda: vão pagar menos impostos; ou seja, menos outorga onerosa. É por isto que não terá dinheiro para HIS: porque o pouco de dinheiro do Fundurb, que vem da outorga onerosa, eles vão querer usar para recapeamento. Eles estão destruindo a função do Fundurb e a possibilidade de se ter HIS 1.

Eu moro há 33 anos no mesmo lugar, próximo a um eixo, e a verdade é que não mora pobre lá. No mínimo, quem entra no eixo agora é um pessoal de classe média baixa, mas, a partir de agora, com esse Plano, nem a classe média baixa vai ficar perto do eixo, que vai ser habitado pela classe média alta e pelos ricos da cidade, que não precisam de transporte público. Se eles já possuem carros, por que querem morar perto dos eixos? Isso é uma contradição enorme que demonstra que o Prefeito Ricardo Nunes está trabalhando pelas negociatas do mercado imobiliário, para os ricos. Tanto é que haverá menos parques.

Cadê o Fundo Municipal de Parques, que já deveria ter sido implementado, mas, até agora, nada? Cadê os Estudos de Impacto Ambiental sobre os eixos, que também já deveriam ter sido feitos? Eles vão liberar os eixos, e nós vamos ter uma cidade cada vez mais deteriorada, onde não se consegue andar, porque as ruas, com o mesmo número de escolas e UBS serão as mesmas, só que mais adensadas. Inclusive em certas regiões já não há mais terrenos para

serem construídas escolas e UBS. O que vai ser feito dessas pessoas? Vão diminuir a qualidade do atendimento dos equipamentos públicos simplesmente para saciarem a sana por dinheiro do mercado imobiliário enquanto a nossa cidade será destruída.

- Manifestações na plateia.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Eu vou repetir algo que eu sempre falei aqui: a cidade está ruim assim não é porque as pessoas são más administradoras, mas porque se vota coisa ruim nesta Casa, leis que deixam a cidade caótica do jeito que está. A cidade está caótica porque preferiram atender ao Secovi e ao setor imobiliário. Muita gente está ganhando dinheiro. A cidade está à venda e, para quem quiser comprá-la, basta ir ao Viaduto do Chá, ao gabinete de quem a está vendendo, o Prefeito Ricardo Nunes.

Não ao projeto de Revisão! Vamos lutar contra esse projeto, porque não é em favor do povo.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli. Passo a palavra ao Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Sr. Presidente, primeiramente eu quero cumprimentar todos os movimentos que se disponibilizaram a vir aqui hoje para acompanhar esta última audiência pública que versa sobre o substitutivo ao Plano Diretor Estratégico apresentado pelo Relator, Vereador Rodrigo Goulart. Parabéns a todos os movimentos que fizeram este esforço de vir aqui acompanhar esta audiência pública, porque este é momento de questionar e cobrar.

Como nós estamos falando desde o início, nós sabemos que esse substitutivo, de fato, é muito preocupante e ruim. Por isso, na minha opinião, nós temos que construir algumas coisas, e a primeira delas...

- Manifestação na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Eu votei “sim” para abrir a possibilidade de...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao público presente que respeite o orador.

- Manifestação na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. SENIVAL MOURA – Eu não tenho problema em receber vaias.

- Manifestação na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Eu não tenho problema quanto a isso.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. JAIR TATTO – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que eu também votei “sim” na primeira votação.

O SR. SENIVAL MOURA – O ideal seria derrubar o projeto. Agora, a oposição vai conseguir os 19 votos para isso?

- Manifestação na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. SENIVAL MOURA – Isso seria o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador, só um momento, por favor. Eu peço ao público presente que respeite o orador para o bom andamento desta audiência pública. Nós ainda temos mais de 50 pessoas inscritas e, do contrário, eu vou ser obrigado a suspender esta audiência pública.

Por gentileza, respeitem o orador.

O SR. JAIR TATTO – Eu gostaria de perguntar, Sr. Presidente, se esta é uma audiência pública ou uma audiência de Vereadores.

O SR. SENIVAL MOURA – Nós abrimos a possibilidade de dialogar. Obviamente, da forma como está, nós vamos votar contrariamente.

- Manifestação na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Agora, nós precisamos ao menos tentar melhorar o projeto, porque, infelizmente, a oposição não conseguirá os 19 votos para derrubá-lo.

- Manifestação na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Não tem problema. A gente está aqui para isso. Nós

queremos ao menos abrir os olhos das pessoas, orientá-las. Se tivermos os 19 votos, a gente derruba o projeto, porque é isso que queremos. Agora, se não derrubarmos, vamos votar contra apenas por votar contra ou nós precisaremos apresentar sugestões? Por exemplo, o dinheiro do Fundurb é algo do qual nós não abrimos mão, porque o dinheiro da outorga onerosa tem que ser exclusivo para moradia popular, para HIS e para mobilidade urbana. Nós não vamos abrir mão disso, e eu já falei isso para o Executivo, para o Líder do Governo e para o Presidente da Câmara e já dialoguei sobre o substitutivo com o Relator do projeto, Vereador Rodrigo Goulart. E por que não vamos abrir mão disso? Porque nós sabemos que isso é fundamental e estrutural no PDE.

Sobre outros itens, como eixos, eu já ouvi de diversos representantes de movimentos que isso é perfumaria.

- Manifestação na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Já ouvi, sim, que é perfumaria. E o estrutural é manter o Fundurb da forma original, e nós queremos mantê-lo na sua forma original. Essa será a nossa luta aqui. Não conseguindo isso, nós vamos votar contrariamente. Porém, ao menos temos que abrir a possibilidade de diálogo a fim de melhorar o projeto. Foi o que eu ouvi de representantes de movimentos.

- Manifestação na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Ouvi de especialistas que 600 metros, do original, no entorno das estações, também é ruim. Os 300 metros nos miolos de bairros, também.

- Manifestações na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Eu não tenho preocupação com vaias.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. SENIVAL MOURA – Eu aprendi a ouvir as pessoas.

- Manifestações na galeria

O SR. SENIVAL MOURA – Para mim, não há problema algum. Podem vaiar, porque isso não vai mudar em nada.

- Manifestações na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. SENIVAL MOURA – Eu só quero deixar isso claro isto para vocês: a bancada do Partido dos Trabalhadores, se não houver...

- Manifestações na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. SENIVAL MOURA – Fique tranquilo, companheiro, porque a votação ainda não aconteceu.

- Manifestações na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Não adianta você...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador, eu peço licença...

O SR. SENIVAL MOURA – Esse gesto seu...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu suspendo a presente audiência pública até que o público se acalme.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Reaberta a sessão.

Tem a palavra, Vereador Senival.

O SR. SENIVAL MOURA – Presidente Rubinho, eu estou tranquilo, porque eu entendo o problema e a preocupação das pessoas.

- Manifestações na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Agora, nós queremos ao menos melhorar o projeto. Eu não vou fazer conta de votos do Plenário, porque cada um sabe de si e tem sua consciência na hora de votar. Cada Vereador sabe de si. O compromisso do Partido dos Trabalhadores, com seus oito votos, é essa mudança. Se não houver essa mudança, nós vamos votar contra o Plano,

nós vamos votar contra o PDE em função disso. Se nós conseguirmos ao menos garantir os recursos do Fundurb, que o dinheiro da outorga onerosa seja exclusivo para isso, eu acho que é uma grande vitória.

Tem as zonas de concessões que são outro ponto crítico do projeto. Mas vamos discutir até o dia - não sei se vai votar dia 21 ou ao fim do mês ou só depois do recesso. Abrimos o debate para isso.

Quanto às vaías, para mim é tranquilo. Não tem problema. Se tem lugar que entro, são nas comunidades, nas favelas, em qualquer lugar. Não tenho preocupação com isso. Se for para falar sobre isso, a gente tem que falar muito mais coisas. Não tenho problema algum de falar, Vereador Rubinho.

Quero agradecer aqueles que puderam ouvir, aqueles que não puderam por uma razão por outra a gente também respeita. Estou com a minha consciência tranquila porque abrimos a possibilidade do diálogo. Nós vamos votar “não”. Se não alterar, vamos votar “não”. Vamos votar “não” se não melhorar. Se não arrumar, votaremos contra deixando claro para vocês.

Vereador Rubinho, agradeço pela paciência de quem pode nos ouvir e por todos vocês. Não me preocupo com grito de ninguém porque a minha luta é essa. Sempre lutei com isso. Então, eu lutei com movimento tanto de moradia, movimento do transporte público para regulamentar o que tem hoje na cidade de São Paulo, que ainda é ruim. O transporte para melhorar precisa de muito, mas tenho experiência porque passei por isso. Então, estou tranquilo. Minha consciência está tranquila.

Vou votar conscientemente pensando no bem do povo da cidade de São Paulo, especialmente dos mais pobres, aqueles que mais necessitam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Senival Moura.

Passo a palavra à Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Boa noite.

Sou Elaine Mineiro, sou Vereadora na Câmara Municipal pelo Quilombo Periférico, uma mandata coletiva.

- Manifestação na galeria. (Palmas).

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Obrigada, gente. Boa noite.

É uma mandata coletiva de pessoas pretas e periféricas. Então, esta é uma pauta extremamente fundamental para a gente. Sei que todos sabem muito mais talvez do Plano Diretor do que a gente que está sentado como Vereador. A gente está aqui com profissionais, com educadores, com militantes do movimento social.

Então, acho que não preciso vir aqui falar dos pontos, embora possa falar que seja um Plano Diretor que não respeita as ODSs, que vai diminuir a cobertura vegetal na cidade, que vai verticalizar. A gente poderia falar de todas essas coisas, mas eu queria falar que eu estudei um pouco dessas coisas na universidade. Na faculdade de geografia, a gente estuda o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo....

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora Elaine, pela ordem, peço desculpas. É só para informar que deu o tempo e estão encerradas as inscrições. Peço desculpas por interrompê-la. V.Exa. tem a palavra novamente.

- Manifestação do público.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Tudo bem, sem problema.

- Manifestação do público.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Não tem problema, gente.

Aqui a gente está acostumado a lidar com esse tipo de coisa. Não tem problema. A gente não vai interromper o nosso raciocínio. (Palmas).

Na universidade, a gente estuda o Plano Diretor Estratégico por um motivo. Porque o Plano Diretor Estratégico foi pensado para reduzir as desigualdades. O Plano Diretor Estratégico foi pensado como uma maneira de a gente conseguir fazer com que esta cidade seja mais justa, para a gente fazer com que esta cidade seja menos racista, porque esta cidade ao longo da história expulsou a população negra das regiões centrais e colocou essas populações

nas periferias e não conseguiu garantir a construção de políticas públicas, de instrumentos públicos, de equipamentos públicos que garantissem a vida plena dessas pessoas na cidade. E é exatamente disso que a gente está falando.

A gente não está falando de uma revisão de um Plano Diretor. A gente está falando de um revide de uma direita ressentida que quer destruir políticas públicas construídas pela população. (Palmas) É disso que a gente está falando. É de um governo que ataca sistematicamente o que é do povo e o que é para o povo. É por isso que a gente precisa continuar resistindo para garantir não só o Plano Diretor que foi escrito, mas que a gente consiga melhorar o Plano Diretor como já estava previsto. Fazer a revisão é porque o próprio Plano Diretor já entendia que revisões são importantes para avançar numa política urbana que fosse mais igualitária. Isso não está sendo feito.

Essa é a disputa que está sendo feita neste espaço. É essa disputa que está sendo feita na política nacional, uma política de retrocesso e que a gente precisa ajudar a barrar porque isso tem a ver com a nossa vida, tem a ver com os territórios que a gente mora, tem a ver com as coisas que a gente constrói enquanto movimento social, enquanto o trabalhador desta cidade.

Este Plano Diretor, de fato, não atende as reivindicações que as pessoas vieram fazer nesta Casa, não atende as reivindicações que as pessoas fizeram nas pouquíssimas audiências externas que a gente conseguiu a muito custo emplacar dentro desta Casa, não atendeu nem a necessidade e a disputa que a gente tinha feito para que as audiências públicas conseguissem receber mais as pessoas. Mesmo com pouca participação, o movimento social conseguiu, sim, trazer suas demandas importantes e elas não foram abrigadas e respeitadas dentro desse substitutivo que foi construído.

É por isto que a gente precisa continuar lutando: para que isso seja feito. Precisamos continuar lutando nesta Casa, precisamos continuar lutando na rua, como foi feito o ato hoje. Precisamos continuar lutando em todas as instâncias que forem necessárias. A gente tem uma Bancada que tem este interesse. A gente tem uma Bancada de esquerda nesta Casa e esta Bancada vai lutar para que o Plano Diretor não fique dessa forma.

- Manifestação na galeria.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – E eu termino dizendo também uma coisa que eu aprendi desde muito pequenininha lá em Cidade Tiradentes: não tem um hospital, uma escola, um ponto de ônibus nesta cidade que seja construído e que não tenha sido fruto da luta popular. Então, a gente não pode acreditar que a nossa luta é inválida. (Palmas). A gente precisa continuar acreditando na nossa capacidade de mobilização e na nossa capacidade de destruir esses anseios absurdos que aparecem de tempos em tempos.

Obrigada, gente. A luta continua. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Elaine.

Registro também a presença do Vereador Fernando Holiday.

Não havendo mais Vereadores inscritos, passemos ao público inscrito.

Inicialmente, convido o Sr. Elpidio Ulian Junior, do Movimento Salve o Mirante de Santana. Destaco, inicialmente, que na sessão anterior, o Sr. Elpidio solicitou que fosse transmitido um vídeo de sua autoria. Então, razão disso, nós concedemos o pedido do Sr. Elpidio para que seja transmitido. O senhor tem a palavra. Obrigado, Sr. Elpidio.

O SR. ELPIDIO ULIAN JUNIOR – Boa noite a todos.

Gostaria de cumprimentar o Presidente e demais componentes da Mesa, o Sr. Relator também, a sensibilidade dos senhores em nos permitir transmitir esse vídeo e a todo público presente também. Espero que todas as reivindicações sejam atendidas na medida do possível com a sensibilidade dos Vereadores.

Sobre a questão do meio ambiente, como conselheiro do meio ambiente da Subprefeitura Santana/Tucuruvi, trouxemos diversas informações para esta Casa neste substitutivo do Plano Diretor sobre os problemas que seriam ao final da estação meteorológica.

Então, sem muitas delongas, gostaria de expor o vídeo que trouxemos para que todo o conhecimento hoje da Casa. Conhecendo profundamente essas questões climáticas, sabemos da importância do Instituto Meteorológico não só para a cidade de São Paulo, mas para o Brasil e para o mundo também, como vamos ver no vídeo.

Muito obrigado.

- Apresentação de vídeo.

O SR. ELPIDIO ULIAN JUNIOR – Esta Casa foi contemplada também com muitas informações já para trazer coisas mais positivas sobre o conhecimento de sistema, que eu creio que enriqueceu muito.

Agradeço ao Vereador Rubinho Nunes que nos deu todo o apoio para poder expor a importância das questões climáticas, ao relator também que foi muito sensível. Temos outros técnicos também que trouxeram bastante informação e vão complementar na audiência.

Boa sorte a todos nas reivindicações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Elpidio. Agradeço também pela transmissão.

Convido agora o Sr. Franco Nadal Villela, do Instituto Nacional de Meteorologia.

O SR. FRANCO NADAL JUNQUEIRA VILLELA – Boa noite a todos.

Vou falar da minha área de especialidade que é meteorologia e clima. Qual não foi nossa surpresa quando o Movimento Salve o Mirante de Santana nos procurou dizendo que foi derrubada uma lei nesse substitutivo que permitiria a construção de prédios no entorno do Mirante de Santana, que é onde a gente tem nossa estação meteorológica há quase 80 anos e monitora as temperaturas, chuva, clima e alimenta modelos meteorológicos que são utilizados para salvar vidas.

Acho que todos conhecem também a operação da Prefeitura quando a temperatura cai abaixo de uma certa temperatura, para socorrer a população de rua. Isso é feito através de estudos científicos que correlacionam a entrada em hospitais, a saúde pública com as variáveis climáticas.

Então, a partir do momento que vocês modificam o entorno do lugar que está monitorando a cidade, vocês enviam completamente todos os dados que ajudam a resguardar a vida e, principalmente, dos mais pobres. Então, o Inmet é representante da organização

meteorológica mundial no Brasil e ela tem padrões de medições que são muitos estritos porque os modelos meteorológicos que vão prever chuva, ondas de calor. Quem lembra da crise hídrica de 2014? Parece que ninguém lembra mais. Foi quando São Paulo registrou a máxima temperatura da sua história. E quem registrou? Foi a Estação do Mirante de Santana. Outra Estação também é mais protegida porque é da USP e fica em um parque.

Porém, existe essa lei específica de 1971 para resguardar isso. Se você alimenta modelos meteorológicos com informação ruim, a previsão vai sair ruim. Entende? É uma série histórica de 80 anos que retrata a história da cidade e o clima como está, modificando o clima, e o que as pessoas sentem na pele.

Você adensar construções, verticalizar.... Foi incluído no apagar das luzes esse artigo. Se vocês olharem lá no substitutivo, é o penúltimo artigo e tem até uma forma estranha de estar inserido lá. Então, isso é um verdadeiro absurdo.

A meteorologia desconhece fronteiras e pertence a uma rede. Se você tira um ponto, você causa um buraco. Não tem forma de você preencher esse buraco.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Franco, peço que o senhor conclua.

O SR. FRANCO NADAL JUNQUEIRA VILLELA – Vou concluir minha fala dizendo que isso é uma autofagia, um canibalismo da cidade. (Palmas) Porque até mesmo as grandes construtoras nos pedem dados para pedir aditamento de prazos dizendo que choveu mais, que a chuva foi muito acima da média, que tem na climatologia. Então, isso é simplesmente um canibalismo, uma autofagia da própria cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Franco.

Convido, agora, o Sr. Bruno Fonseca, do canal Bruno Fonseca.

Queria lembrar ao senhor e a todos os presentes que o prazo regimental para manifestações é de três minutos. Para facilitar os os discursos, à frente nós temos um painel que conta o tempo e também aqui, o *timer* azul também conta o tempo, para que os senhores possam acompanhar.

Muito obrigado. O senhor tem a palavra.

O SR. BRUNO FONSECA – Boa noite a todos.

Eu começo dizendo que eu achei lindo ver petista vaiando petista. Eu adoro ver a Esquerda brigando. Fiquei muito feliz com isso. (Vaias) Adoro ver a Esquerda brigando. De verdade, foi uma peça vir aqui e ver a Esquerda brigando. (Vaias e manifestações)

Tinha uma placa ali em cima escrito: “Menos...

- Manifestações na galeria.

- Presidente faz soar a campanha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao público presente que respeite o orador na tribuna, assim como todos os outros oradores têm sido respeitados. Do contrário, eu terei de suspender a presente audiência, e não é o que eu gostaria de fazer.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Presidente. Os oradores estão aqui para falar sobre o Plano Diretor...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador, Vereador...

A SRA. LUANA ALVES – Rubinho, é o seu amigo do MBL?

- Presidente faz soar a campanha.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – ...e não para ficar maltratando e ofendendo as pessoas.

O SR. BRUNO FONSECA – É democracia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador, o orador acabou de iniciar o discurso...

A SRA. LUANA ALVES – Acredito que o Vereador Rubinho deve conhecê-lo do MBL.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora, por gentileza.

Eu peço à Secretaria que restitua o tempo do orador.

Suspendo a presente sessão.

O SR. BRUNO FONSECA – Silêncio. Calma, pessoas, calma aí.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A sessão está suspensa. Eu peço que o

senhor aguarde, por gentileza.

Eu peço ao público presente, por gentileza, para que nós possamos retomar o bom andamento da sessão, tendo em vista que são 58 pessoas inscritas até o momento, para que possamos restituir o tempo do orador. Eu também gostaria de pedir ao orador, por gentileza, que V.Exa. se atenha ao tema, que é Plano Diretor. E eu peço ao público presente, por gentileza, que a despeito de concordar ou discordar, tanto do orador Sr. Bruno como de qualquer outro orador, assim como eu calmamente ouço o que V.Sas. falam, que, por gentileza, ouçam o que o orador tem a dizer e a contribuir. Enquanto os senhores não silenciarem, eu não retomarei a presente sessão.

- Manifestações na galeria.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu agradeço ao público pela sensibilidade.

Reabro a sessão. Sr. Bruno, o senhor tem a palavra.

O SR. BRUNO FONSECA – Obrigado, Presidente.

Respondendo ao que o Vereador Toninho Vespoli, que disse que a cidade está vendo. Não, Vereador. A cidade está evoluindo e a evolução tem o seu custo. Esta é a diferença.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu suspendo novamente a presente sessão. Eu peço à Secretaria para que, por gentileza, retome do início o tempo do orador. E vamos aguardar até que o público tenha a cordialidade de se acalmar para que o orador faça a sua apresentação.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Pessoal, eu vou ser bem sincero com os senhores: eu gostaria de ter um bom andamento da sessão para ouvir o que todos os senhores têm a dizer. Por mais que os senhores possam não concordar com o que o Sr. Bruno tem a dizer,

e ele não concluiu a fala, eu peço para que os senhores ouçam. Se tiver alguma manifestação a fazerem, que façam ao final da fala dele, que durará o prazo igual e improrrogável de três minutos. E, na sequência, nós daremos continuidade aos oradores. Por gentileza, para o bom andamento da presente sessão e da oitava dos demais inscritos, que são membros dos movimentos aqui presentes.

Sr. Bruno, o senhor tem a palavra, restituído o tempo, pelo prazo improrrogável de três minutos.

O SR. BRUNO FONSECA – Presidente Rubinho, desde já parabenizar o senhor pela condução dos trabalhos.

Tinha uma placa lá em cima: “Menos cinza e mais verde”. Vocês apoiaram o Lula, que aumentou em 22% o desmatamento no Brasil. Eu não vejo coerência no discurso de vocês. Eu não vejo como é que a gente leva a sério pessoas incoerentes.

Vocês falam de moradia popular, mas foi o Prefeito Ricardo Nunes que construiu 38 mil moradias populares nesta cidade. Eu quero entender qual é a coerência de vocês. Vocês não têm coerência. Falta coerência.

A cidade não está à venda e ninguém aqui acha isso, ninguém do governo acha isso. A gente sabe que a cidade está em evolução e a evolução tem o seu custo. É isso o que vocês não entendem. Vocês faltam com a democracia. Vocês não ouvem o diferente de vocês. Eu sinto pena de vocês, de verdade, porque vocês não aprenderam o que é democracia. Eu sinto dó de vocês.

Presidente, para concluir, eu queria, de novo, parabenizar o senhor pela condução dos trabalhos. Eu fico triste de ver as pessoas, na galeria, sem respeitar o diferente. É o que a gente está acostumado de ver com a Esquerda. É sempre assim. A gente está quieto ali, a gente apresenta uma ideia diferente e eles não aguentam e ficam mugindo aqui em cima.

Parabenizar o senhor, então, pela condução dos trabalhos pela condução dos trabalhos e agradecer a oportunidade de vir aqui e falar sobre o projeto.

Obrigado, Presidente.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Bruno.

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao público presente que...

Eu convido a Sra. Sheila Mendes, representante das favelas OUCAE.

Após a Sra. Sheila, terá a palavra a Sra. Raquel Rolnik, do LabCidade e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A SRA. SHEILA MENDES DO NASCIMENTO – Boa noite, pessoal, para todos, para a Mesa.

Pessoal, aqui é a favela que vai falar. (Palmas)

Eu já vim aqui, nesta semana, e já mandei o papo reto. O artigo 96 tira as moradias da Operação Urbana. São três mil unidades que estão lá: terreno pronto, projeto pronto, só esperando a ordem para construir.

Então, o papo é reto, Srs. Vereadores: se este Plano Diretor aprovar passar, nós somos 8.500 famílias pela Operação Urbana. Nós temos 700 famílias em auxílio-aluguel desde 2013. Vai ser tudo no peito de vocês. (Palmas)

Então, vocês é que levam. (Palmas) A gente está deixando bem claro aqui: o nome de cada Vereador que votar vai ser lembrado na hora de entrar na favela. Lá na Operação Urbana somos 21 comunidades dentro do perímetro da Operação, e vão ser lembrados. Então, vocês tiveram tempo para conhecer a Lei 13.260, de 2001, que nos garante morar e viver dentro do perímetro com dinheiro de Cepac carimbado, que não pode ser usado para asfalto ou para outra coisa, para outro fim, somente dentro da Operação Urbana. (Palmas)

Então, é para isso que eu vim aqui lutar e peço para os meus amigos a mesma coisa: artigo 96 rouba os nossos sonhos e as nossas moradias. Então, o vereador que tiver disposto a tocar este artigo, ele estará tomando as moradias das pessoas. Este é o meu desafio: quem votar contra o artigo 96 estará do lado da favela; quem votará a favor, estará contra a favela e vai precisar dela no ano que vem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Sheila.

Tem a palavra a Sra. Raquel Rolnik.

Depois, a próxima oradora será a Sra. Débora Lima, Coordenadora Nacional dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto.

A SRA. RAQUEL ROLNIK – Boa noite a todos, a todas.

O que vim aqui trazer - como uma das coordenadoras do LabCidade, que vem acompanhando a política urbana da cidade de São Paulo há muitos anos e fazendo estudos sobre o impacto de legislação votada nesta Casa -, uma avaliação que é muito importante para a nossa consideração.

O Plano Diretor Estratégico apostou em uma estratégia de aumentar a possibilidade de construir mais junto ao transporte coletivo, na esperança e no desejo de produzir ali moradia para quem mais precisa; aumentar a produção de habitação de interesse social. E, para isso, imaginou uma moradia sem garagem, mais barata, perto do transporte coletivo.

Os estudos que foram feitos - não apenas na Universidade de São Paulo, mas também no Insper e em outras instituições -, mostraram que esse processo, embora tivesse toda essa intenção, produziu uma enorme distorção em relação àquilo que havia sido o objetivo. Acabou entrando e transformando radicalmente os bairros de uma forma homogênea, quando, na verdade, toda a ideia era poder avaliar bairro a bairro, local a local de como isso poderia ter sido feito, e isso jamais foi feito. E em vez de produzir habitação de interesse social, esse enorme *boom* imobiliário que aconteceu na cidade, que aumentou a oferta de unidades residenciais, surpresa: não correspondeu a uma maior oferta ou acesso à moradia de quem mais precisa. Muito pelo contrário. No mesmo momento em que nós vivemos um *boom* imobiliário na cidade, esse aumento de unidades residenciais, nós estamos vivendo a pior crise de moradia que esta cidade já viveu nos últimos anos (Palmas), com milhares de pessoas sem teto.

A esperança de não produzir mais extensão nas periferias, desmatar mais, criar loteamentos irregulares lá longe, esta era a esperança da produção de mais potencial construtivo e mais verticalização, ela não aconteceu. Nós estamos vendo, todo dia, novos assentamentos

precários acontecerem na cidade. Portanto, é preciso chamar os estudos que foram feitos até o momento para entender a falácia da HIS. O que nós tivemos produzido é *fake* HIS. (Palmas) E mais ainda, com aquilo que está no projeto de revisão, o que vai ser produzido é muito mais apartamentos para investimento; apartamentos para classe média alta, para usuários de automóvel, que não têm nada a ver com as maiores necessidades da cidade. (Palmas)

Vamos avaliar e vamos pensar que esta proposta de revisão do Plano faz o contrário do que era anunciada a própria intenção do Plano, que precisa de ajustes. O Plano mesmo precisa de ajustes para poder ser implementado de acordo com a sua intenção.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Raquel.

A próxima que fará uso da tribuna é a Sra. Débora Lima. Depois, o Sr. Lau Gasparotto, do Conselho Municipal de Participação da Vila Mariana.

A SRA. DÉBORA LIMA – Boa noite a todos e a todas.

Antes de tudo, saúdo os movimentos sociais, que vêm desempenhando um papel importantíssimo de denúncia do descalabro que está sendo a proposta de revisão do Plano Diretor. Saúdo imensamente os meus companheiros de luta do MTST. (Palmas)

Quero aqui ressaltar e gritar em alto e bom som o que está engasgado na boca de milhares de paulistanos, e fazer eco também ao que o Toninho colocou. Eu gostaria que todos vocês aqui soltassem: “São Paulo não está à venda. São Paulo não está à venda. São Paulo não está à venda”.

Porque esta proposta do substitutivo apresentado e votado em primeira, tem como objetivo apenas privilegiar um segmento, que é o segmento do mercado imobiliário. O Plano Diretor não foi proposto para isso. O Plano Diretor foi proposto para promover igualdade social. mas que igualdade social é esta proposta que vocês estão colocando? Inadmissível.

Eu quero pontuar, dentre tantos horrores que foram colocados aqui, dois pontos. O primeiro: o aumento de prédios construídos nos eixos estruturantes e nos miolos. Prédios, que me desculpem, não vão para as pessoas que realmente precisam. Não são para moradia

popular. Prédios que nenhum sem teto realmente vai conseguir ter acesso. Prédios com aumentos de garagem, que dificultarão a nossa vida, porque somos nós que moramos na periferia, que sabemos o quanto é difícil para chegarmos no Centro. E isso não vai prejudicar apenas a nossa vida. Vai prejudicar a vida de milhares e milhares de pessoas, do povo paulistano. E isso é inadmissível. Já vivemos em uma cidade caótica, e este substitutivo apresentado vai piorar mais ainda a vida de quem está aqui.

E eu vou falar uma coisa para vocês: se isso acontecer, vocês podem ter certeza de que o povo que colocou quem votou, vai tirar. (Palmas) Porque vai ser lembrado o nome de cada vereador que votou “sim” a este projeto antipovo.

Segundo. A gente que faz a luta por moradia, sabe que o Fundurb é um recurso carimbado, um recurso que é destinado para moradia social, para urbanização de favela. Um recurso destinado para a regularização fundiária. E a gente está vendo o que está acontecendo nesta proposta apresentada: o esvaziamento dos recursos para a moradia.

Para finalizar, dia 20 estaremos nas ruas. Não daremos nenhum passo para trás. Não ficaremos calados com os horrores que estão sendo feitos contra a população. Nenhum retrocesso. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Sansão Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obrigado, Sra. Débora.

Agora tem a palavra o Sr. Lau Gasparotto. Depois, o Sr. Ivan Maglio.

O SR. LAU GASPAROTTO – Olá, pessoal.

Eu quero, de forma séria, cumprimentar toda a Mesa, até os que votaram “sim”, infelizmente. Cumprimentar todo esse pessoal bacana da galeria.

Vou me apresentar rapidamente. Eu sou Lau Gasparotto, um senhorzinho de 60 anos e faço trabalhos voluntários há muito tempo com esse personagem Leleco.

A proposta de vir desta maneira é repudiar veementemente quando alguém fala que

o que estão fazendo no projeto destruidor imobiliário é uma palhaçada. Não, eu contexto. Palhaço é coisa séria, é muito divertido, é arte, é da população.

O que estamos vendo aqui é um desrespeito total às leis, às normas, ao povo e todos aqueles que querem viver melhor em São Paulo. Não chame esse processo que está acontecendo de palhaçada, porque é um desrespeito a nós, artistas, que lutamos junto à população.

Faço voluntariado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. E desse jeito eu acho que elas vão ficar mais vulneráveis, porque o Plano Diretor não está atendendo a expectativa de oferecer melhor moradia.

Moro aqui há 40 anos e muitas pessoas são nascidas aqui, assim como muitos dos Vereadores que foram abraçados pela cidade e estão votando contra. Não dá, é inadmissível manter essa situação e não conseguir reverter isso.

Então, de uma forma bem carinhosa, Vereadores e Vereadoras, deem um basta nisso, revejam a sua posição, voltem atrás. É tão bonito quando a gente reconhece um erro. Parece que o que está acontecendo é que estão sendo envaidecidos pelo mercantilismo, pela cobiça do dinheiro, sem julgar. A fala de um Vereador de que tinha de haver contrapartida me chocou muito, porque isso é muito lamentável ouvir isso de um Vereador que está numa democracia indireta representando o povo e fazendo coisas que são contrárias ao que a maioria da população quer.

Então, Vereadores, por favor, Sr. Presidente, levem o apelo desse senhorzinho, que usa a arte, a alegria, para transmitir a esperança, e saiam dessa caverna e votem contrário. Deem um voto de confiança aos seus eleitores, à população, que querem uma mudança. Está mais do que claro que nós, moradores, população, pessoas, não queremos o Plano Diretor dessa maneira, não queremos. Ouçam a voz do povo, revejam essa posição, porque ainda dá tempo até a segunda votação.

Acabem com isso e deem oportunidade para a população. Façam um Plano Diretor que atenda à expectativa da população. É o meu apelo.

Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ivan Maglio.

O SR. IVAN MAGLIO – Boa noite a todos e todas.

É muito importante ver todos esses movimentos lutando por uma cidade melhor, e é uma vergonha, depois de 20 anos de Planos Diretores avançados, que lutaram pelas ZEIS, por moradias, pelo meio ambiente, o que estão fazendo agora nesse substitutivo.

A gente esperava que o Executivo fizesse algum melhoramento no Plano Diretor, que reduzisse impactos, melhorasse os eixos no sentido de não invadir áreas importantes da cidade. Mas agora vão invadir a Estação Meteorológica. Não vejo uma coisa mais absurda do que permitir destruir uma estação meteorológica numa cidade que vive riscos de enchentes e de agressões climáticas permanentes.

O Plano que está sendo colocado nesse substitutivo é um crime contra o meio ambiente, é um crime contra a cidade, é anti-ciência, porque na periferia morrem pessoas em enchentes, em escorregamentos, nas mais de 400 áreas de escorregamento, em todas as chuvas, inclusive em Moema morreram pessoas também. E o Inmetro mede para avisar, para agir a tempo de evitar isso.

E um Plano que vai permeabilizar a cidade, que aumenta os eixos, que não tem estudo nenhum para melhorar é um crime contra a cidade de São Paulo. Então eu peço, principalmente ao Vereador do PT que está aqui, que pensem no que estão fazendo. Como podem votar num substitutivo criminoso como esse?

Nós precisamos de 19 Vereadores que sejam responsáveis pela cidade, que ajudem a impedir esse crime. Não há como melhorar esse substitutivo, não é possível melhorar essa proposta que leva a cidade ao caos, às inundações, às enchentes, à falta de parque, à falta de

moradia. “Não” a esse substitutivo. Isso é uma vergonha.

Nós estamos no século XXI, em plena crise climática, e a terceira cidade do mundo vai aprovar um absurdo como esse, que renega seu plano de ação climática, que renega os compromissos internacionais. Balela que vai respeitar compromisso internacional, como diz o Prefeito. Como vão respeitar a redução de gases de efeito estufa destruindo milhares de casas e gerando milhares de novos influentes de CO₂ na cidade.

Os ODS serão totalmente descumpridos, como já estão. Então é balela. O que veio do Executivo já era muito ruim e esse substitutivo é um crime contra São Paulo. “Não” a esse substitutivo. Vamos às ruas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Mauricio Ramos, C MPU.

O SR. MAURICIO RAMOS – Boa noite a todos.

Eu sou Conselheiro do Conselho Municipal de Política Urbana, da macro oeste: Pinheiros, Butantã e Lapa.

Nós, do C MPU, fizemos um trabalho muito importante durante os últimos dois anos. Nós fizemos diversas propostas, que deveriam ser colocadas, mas não chegaram, e todos nós temos uma demanda na sua região.

Uma das coisas que eu gostaria de pontuar é sobre os eixos, como foi falado pelo nosso Vereador aqui, que achou que era perfumaria; mas eu vou dizer ao senhor, Vereador: sabe o que não tem nos eixos? Moradia popular. Não tem HIS nos eixos. Qual família consegue pagar R\$ 16.000,00 no m² para morar num estúdio perto da Vila Madalena? Ninguém da periferia consegue fazer isso.

Na minha região, eu sou um ativista das águas urbanas e nas ruas, onde tem área de captação das águas urbanas, onde estão as nascentes, está cheio de prédios: na rua Senador Cesar Medeiros, na rua Girassol. E agora esses prédios estão sendo construídos em áreas de nascentes urbanas. Ou seja, eles estão cavando sem subsolo para pôr mais carros nesses

prédios, indo na contramão de todas as cidades do mundo que estão privilegiando o transporte público.

Se esse Plano Diretor não for feito para colocar o trabalho próximo ao transporte público, para o povo não ter que sofrer duas, três horas, num transporte de má qualidade da periferia, para chegar ao Centro, ele está na contramão. Temos que reverter isso, gente. Vão colocar mais carros ainda na cidade? Vão colocar a classe média para morar nos eixos? Está errado isso, gente.

O problema não são os eixos, são as distorções que existem nesse Plano Diretor e que precisamos corrigir. Ao invés de corrigir, estão ampliando os eixos, entrando num miolo de barro. É um absurdo. Outra coisa é tirar recurso do Fundurb para construção. Isso é um absurdo. Fundurb é para moradia popular.

Não quero ser repetitivo, mas gostaria de dizer que este PL 127 não acolhe as demandas da população de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Lucila Lacrete, do Movimento Defesa São Paulo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Boa noite a todos.

O que este projeto de lei 127 e o substitutivo fizeram foi indignar a cidade de São Paulo inteira, todas as classes sociais contra essa proposta nefasta de um Plano para a nossa cidade.

Senhoras e Senhores Vereadores, a cidade é nossa e nós não vamos abrir mão dela, seja o pessoal da periferia, seja o pessoal da av. Paulista, do Jardins; a cidade é nossa, ela não está à venda, e nós precisamos consertar essa porcaria que foi feita e aprovada nesta Casa.

Eu quero dar os parabéns para os Vereadores que tiveram a honradez e o bom senso de votar contra na primeira votação. Muito obrigada por ter nos representado e por nos permitir lutar por uma cidade melhor. (Palmas)

Nós precisamos, a exemplo dos senhores, de 19 Vereadores desta Casa para acabar

de uma vez com essa história do PL 127, que é muito grave, foi o que veio do Executivo. Apesar de ter tido várias audiências públicas, a população não foi ouvida. Se tivessem nos ouvido, o problema dos eixos estaria melhorado, a questão da periferia também, a questão do meio ambiente, das mudanças climáticas.

Os senhores sabiam que essa Prefeitura tem um Secretário das Mudanças Climáticas? O que fez esse senhor até agora? Não apareceu. É um absurdo.

A cidade precisa ser descentralizada, porque é gigantesca. Ninguém consegue administrar esta cidade sentado no Viaduto do Chá. Nós precisamos ter Subprefeituras que planejem, de fato, que estejam perto das pessoas, que façam planos de bairros, porque só numa escala menor que vamos conseguir controlar esse território.

E todos que nos ouvem, essa população que está indignada, nós precisamos conquistar 19 votos de 19 Vereadores a votarem por São Paulo, pelo futuro de São Paulo, para uma cidade organizada, planejada e atenta aos anseios das 12 milhões de pessoas que aqui vivem. A cidade é nossa.

Obrigada. (Palmas)

O SR, PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Reze.

O SR. SÉRGIO REZE – Boa noite, senhores.

Eu fiquei pensando no que falar, diante de tudo o que tenho ouvido de todas as pessoas dos diversos segmentos da cidade, e não só da Esquerda. Eu respeito o que vocês falaram, mas não é só a Esquerda que está aqui brigando. A cidade está brigando pelo direito à cidade, o que é muito diferente.

Srs. Vereadores, eu fiquei pensando no que eu poderia dizer depois do que a Sra. Raquel falou, depois que a Lucila Lacrete falou, depois que Ivan Maglio falou; urbanistas reconhecidos, mas para os quais vocês não estão dando ouvidos.

Eu fui olhar o significado da palavra “soberba” no dicionário: “altura de coisa que está superior à outra, elevação, estado sobranceiro. Manifestação arrogante de orgulho, às vezes

ilegítimo; presunção, soberçaria”. Eu não estou falando isso para ofender ninguém, mas vocês estão tratando a população de São Paulo com soberba, mesmo depois de tudo o que foi dito, de tudo o que tem saído na imprensa, de tudo o que os técnicos têm dito e de tudo o que todas as camadas da população têm dito.

Eu fui Conselheiro Municipal de Política Urbana por dois mandatos, participei de todo o processo do zoneamento, em 2014, e tive muitas diferenças com o governo local, muita briga; mas eu não vi esse tratamento, eu não vi soberba. E onde tem soberba, não acaba bem.

Nós vamos lutar, porque a cidade não pode ser destruída. Vocês têm que ter a consciência e ouvir os técnicos. Vocês atenderam 70% das propostas da Abrainc e as colocaram no Plano Diretor sem nenhum critério técnico. E quantos de vocês atenderam a população?

Vereadores, isso não vai dar certo. Vamos lutar e vamos conseguir 19 Vereadores para não deixar isso acontecer. E para não dizer que eu vim só para criticar, eu vou deixar uma proposta ao Vereador Rubinho, Presidente da Comissão. Vamos passar esse procedimento para o segundo semestre, vamos pactuar com a sociedade civil um processo participativo pactuado e vamos fazer um calendário participativo com técnicos, vamos pactuar um processo de trabalho em conjunto para fazer um Plano Diretor para a cidade, e não para o setor imobiliário. Essa é a minha proposta.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra a Sra. Margareth Matiko Uemura, Instituto Polis.

A SRA. MARGARETH MATIKO UEMURA – Boa noite a todos, a todas, a todes.

Eu sou arquiteta urbanista, estou no Instituto Polis, onde sou Diretora e Coordenadora de Urbanismo, e acompanho a política urbana e habitacional há décadas, mas nunca vi um processo tão indecente. Entrar com um substitutivo dessa maneira não é um processo aceitável.

Eu sou Conselheira Municipal de Política Urbana também, assim como outros aqui, e a gente tentou, durante dois anos, discutir o Plano Diretor, fizemos contribuições, levamos

justificativas técnicas; mas não fomos ouvidos; o que já é um desrespeito com um conselho que é nomeado e eleito. Isso já é um problema.

Concluindo: nós achamos que estaríamos discutindo este Plano Diretor, que achávamos que já tinha problemas, mas estávamos dispostos a discutir e dar continuidade a um processo participativo, que foi questionado por diversas entidades dos movimentos que estão presentes – porque iniciou na pandemia, a população não teve acesso à participação, os horários foram ruins. Houve problemas, problemas e problemas, e nós estamos aqui, resistentes, resilientes, tentando discutir e debater. Esperamos, agora, pelo menos, que as pessoas entendam que é a revisão de um plano diretor. E a revisão de um plano diretor é olhar o que foi feito e dizer: “Uma coisa não funcionou, vamos melhorar”.

Nós não tivemos habitação de interesse social, não tivemos mais ZEIS, não tivemos moradia na área central, não tivemos moradia nos eixos, não tivemos Cota de Solidariedade, nós não tivemos muita coisa. O que esse plano diretor deveria fazer? Discutir todos esses pontos, e mais os quinze que estão na carta já publicada pela Frente, e mais a carta lida no início desta audiência. Tudo isso deveria ser considerado. E nós não estamos levando isso em consideração. E os Vereadores que votaram a favor desse projeto não leram esse material. Não é possível.

- Manifestação do público.

A SRA. MARGARETH MATIKO UEMURA – Dezenove votos não são nada para o número de Vereadores que temos aqui. Não é possível que não nós não paralisemos esse processo que não teve participação alguma e que não sabemos de onde veio – quer dizer, pior, nós sabemos de onde veio.

- Manifestação do público.

A SRA. MARGARETH MATIKO UEMURA – O que é duro é perceber que a cidade está à venda. Então, esperamos que haja agora a paralisação deste substitutivo do Plano Diretor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Margareth.

O Sr. Michel Chauí, do CPM Pinheiros, será o próximo.

O Sr. Nabil Bonduki, dentro da fala, tem a palavra.

Lembrando que o Sr. Nabil Bonduki é ex-Vereador e Relator do Plano ora revistado, e, portanto, pelo costume, é feita uma exceção ao prazo de três minutos, que poderá ser ultrapassado.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite a todas a e a todos, Vereadoras e Vereadores.

Quero cumprimentar todos os presentes.

Embora eu tenha essa prerrogativa [de falar por mais de três minutos], eu vou tentar limitar o meu tempo, porque ainda tem muita gente precisando falar.

E eu queria, um pouco, falar na sequência do que a Margareth disse: nós precisamos, numa revisão intermediária, corrigir, fazer ajustes, mas não fazer um novo plano, não descaracterizar o plano que existe.

Eu acho que estamos num momento em que devemos ser propositivos. E temos duas alternativas: ou fazemos um novo substitutivo – existe já uma iniciativa de construção de substitutivo que respeite essa condição –; ou nós prolongamos esse processo de debate para chegar a um entendimento mais amplo sobre esse tema.

Nós precisamos, em relação ao que temos hoje, garantir que aquilo que é estimulado como de habitação de interesse social, efetivamente, seja destinado à população de baixa renda.

É fácil isso? Eu sei que não é fácil. Mas temos que avançar. E uma maneira de avançar é fazer com que aquilo que é produzido como habitação de interesse social, licenciado como habitação de interesse social, seja destinado pela Sehab – Secretaria Municipal de Habitação – para demanda que efetivamente está no cadastro. Precisaríamos garantir essa conexão entre o que é produzido por habitação de interesse social e aquilo que é efetivamente atendido. Eu acho que esse ponto é central para o movimento de moradia, e é central para enfrentarmos o problema da habitação na cidade – porque não adianta a Prefeitura falar que tem 95 mil habitações licenciadas de interesse social se elas não estão sendo destinadas a quem precisa.

Segunda questão, que é fundamental: os eixos.

O que existe hoje na sociedade? Um enorme descontentamento, porque os eixos estão afetando determinadas regiões que deveriam ser protegidas – por exemplo, as vilas residenciais, uma área importante da cidade, um patrimônio que São Paulo tem e que faz parte da nossa memória. Por exemplo, bairros como o Bixiga, que hoje tem duas estações de metrô, mas é um bairro que está tombado. Então, nós precisamos, na discussão de eixos, redefini-los, para excluir algumas áreas que são áreas deveriam ser preservadas e protegidas.

- Manifestação do público.

O SR. NABIL BONDUKI – Essa é uma questão absolutamente fundamental. E nós temos que ter flexibilidade para isso.

Os eixos, do meu ponto de vista – claro, como Relator do Plano Diretor, e tendo participado dele –, são adequados. É importante haver adensamento perto do transporte coletivo. Mas não podemos, para atender um objetivo, desconsiderar outro, porque tem um outro objetivo do Plano Diretor que diz que não é necessário proteger as áreas de interesse cultural, urbano e ambiental. Essa é uma segunda questão fundamental.

Terceira questão fundamental, que me parece que o substitutivo não atende: manter os miolos de bairro com controle não somente de gabarito como também de coeficiente. E tem um artigo que permite chegar nos miolos de bairro, até o coeficiente 3. Sabemos que não é 3, sabemos que os coeficientes efetivos são aproximadamente o dobro do coeficiente computável; é até um pouco mais em alguns casos – se é 3, vai ser 6. Essa é uma questão fundamental para ser mexida neste Plano Diretor. Temos que preservar os miolos de bairro, assim como precisa, perto do metrô, haver adensamento. Essa é outra questão fundamental que precisa que precisa estar no substitutivo.

Nós precisamos acabar com essa zona de concessão.

Se existe alguma área concedida que precisa ter uma regra específica de uso e ocupação do solo, a lei de uso e ocupação do solo vai discutir isso posteriormente, porque a zona tem uma característica definida – eu não posso criar uma zona que não tenha nenhuma característica. Então, se eu tenho uma zona mista, ela tem as características da zona mista; se

ela é uma ZPE – Zona Predominantemente Residencial –, é uma zona de gabarito baixo, onde pode haver algumas atividades que não impactem a moradia. Cada zona tem uma natureza. Esse é o princípio do zoneamento. Ou é uma zona industrial, então... Agora, uma zona de concessão em que se mistura parque – porque tem parque concedido – com mercado, com cemitério, e, depois, cada uma delas pode ter uma característica específica, não tem nenhum sentido. Então, se existirem características específicas para uma área que está concedida, isso, no zoneamento, vai-se discutir. É um outro momento, que não é esse.

Finalmente, para eu não me estender demais – porque eu acho que até já falei mais do que devia frente às circunstâncias. Agora, para debater isso, vai precisar de muito mais tempo. Nós vamos precisamos ter mais tempo. Não podemos aprovar na semana que vem uma coisa que nós estamos discutindo agora.

O Fundurb é uma conquista importante para fazer obras de habitação, principalmente, habitação bem localizada, na área central, para fazer corredor de ônibus, para fazer calçada para fazer ciclovia, para fazer investimentos necessários para alcançar os objetivos do Plano Diretor; não é qualquer investimento.

Por que somos contra, por exemplo, à pavimentação?

A pavimentação pode ser feita com recurso orçamentário. Mesmo assim, é discutível. Claro, depende do ponto de vista. Agora, o Fundurb tem que ser voltado para aquilo que é estratégico: ter habitação bem localizada; ter corredor de ônibus, para facilitar o uso de transporte coletivo; ter parques. Enfim, coisas que estão dentro do Plano Diretor como objetivos importantes. E, nós precisamos garantir, primeiro, essa destinação. E, por outro, não permitir, como o substitutivo está permitindo, descapitalizar o Fundurb.

A outorga pode ser paga em obras, ou se amplia enormemente a possibilidade de transferência de direito de construir, e isso cria um mercado paralelo de coeficientes de potencial construtivo, que, depois, é usado de qualquer maneira.

Então, vamos manter o Fundurb com o objetivo dele: receber o recurso da outorga onerosa e aplicar naqueles que são os objetivos estratégicos para o Plano Diretor. É muito

importante para que possamos cumprir esses objetivos.

- Manifestação do público.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu quero falar uma última coisa.

As operações urbanas foram sempre muito criticadas porque elas não investiam em habitação, investiam em obra viária. Agora, as operações Faria Lima e Água Espraiada estão já nas últimas etapas, e, exatamente agora, tem programas de habitação nessas duas operações urbanas – que é atender a população da Água Espraiada, muitos deles que já foram removidos, ou que precisarão ser removidos; e, no caso da Operação Faria Lima, um projeto que está tramitando na Casa, que é fazer a urbanização de Paraisópolis. Aí nós temos um artigo no substitutivo que acaba as operações, que cria um limite para acabar a operação. Quer dizer, também é uma questão do Fundurb. Então, é o momento de fazer com que essas operações apliquem a habitação, e não terminem exatamente no momento que ela poderia aplicar os seus fundos, que hoje são grandes, e poderão ser maiores ainda nos próximos anos; e isso deixa de ser aplicados.

Esses foram alguns pontos que eu queria trazer aqui. Temos outros pontos importantes; principalmente, a metodologia que vai ser utilizada para fazer a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Isso precisa ficar muito claro. Existe um forte movimento da cidade para que façamos planos de bairros, ou planos regionais, junto com essa mudança da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que vai gerar um processo de debate importante.

Desculpe, gente, se eu me estendi. Mas eu acho que são aspectos importantes, e eu acho que muitos gostariam de ver preservados. Esperamos poder contribuir com essa proposta, com texto alternativo, que, espero, possa ser acatado não por 19 Vereadores, mas por toda a Casa – se a Casa estiver realmente voltada a garantir uma cidade melhor.

Muito obrigado.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Nabil.

A Sra. Rosane Brancatelli, do Pró-Pinheiros, será a próxima.

Tem a palavra o Sr. Michel Chauí.

O SR. MICHEL CHAUÍ – Boa noite a todas e a todos.

Eu sou o Michel Chauí, conselheiro participativo.

Primeiro, eu queria agradecer a leitura da nossa moção de repúdio pelo Vereador Eliseu Gabriel no início desta sessão. E vou ter que ser repetitivo, depois dessas falas todas muito importantes que foram feitas, e dizer do nosso assombro com esse processo de revisão.

Nós, conselheiros, moradores dos diversos bairros da cidade, movimentos de moradia, associações de bairro, enfim, uma ampla e diversa frente de representantes e de cidadãos e cidadãs da cidade, imaginávamos que iríamos participar de um processo que iria versar sobre a melhoria, o ajuste de um Plano Diretor que precisava ser revisto pela própria lei, como já está dito aqui, e fomos pegos de surpresa. Bom, nem tanto de surpresa assim, porque já imaginávamos o que viria pela frente. Mas vimos que esse processo foi completamente distorcido por um processo participativo falacioso em que a população – como estamos vendo, inclusive, hoje – fala, fala, fala, e não é escutada. E os pleitos da população, os pleitos dos movimentos dos moradores e moradoras dos bairros, de todos os bairros da cidade, não são escutados. E o que nós já vimos, inclusive, pelo levantamento da Bancada do PSOL, pelo contrário: quem é escutado nesse Plano Diretor é uma parcela ínfima, mas muito poderosa, vemos, dos incorporadores das construtoras. Então, primeiro, essa denúncia desse processo. E esse pedido, que, inclusive, está na nossa moção de repúdio, para que esse processo seja retomado na sua dimensão participativa e democrática.

Segundo: é importante que vejamos diferentes setores da população aqui reunidos e alinhados – a grandessíssima maioria deles –, porque vemos que o atendimento dos direitos sociais está alinhado, grosso modo, com o atendimento das necessidades climáticas, diante da emergência climática que estamos vivendo. Não podemos simplesmente esquecer de atender a moradia, a habitação social, porque isso tem impactos, inclusive, principalmente, na questão ambiental, que é uma questão emergencial hoje em dia.

Eu não sei o quão os Vereadores dominam os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável da ONU, eu não sei o quanto eles estão a par das questões urbanísticas, mas as falas que me antecederam reforçam tudo isso.

Eu queria reforçar a importância de que o processo seja retomado, não com esse PL, mas com projeto, de fato, que seja fruto da participação popular. E eu queria clamar para que os Vereadores que votaram a favor desse projeto no primeiro turno revejam a sua posição e escutem as vozes que estão nesta audiência...

- Manifestação do público.

O SR. MICHEL CHAUI – Não somente as que estão aqui, mas as vozes que estão pela cidade e que não conseguiram chegar até aqui hoje, e que, inclusive, pelos conselhos, partidos, movimentos sociais, estão assustados, assombrados, exigindo que sejam escutados.

Muito obrigado.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Michel.

O Sr. Marcelo Alves de Godoy Magnani, presidente da APITO, conselheiro do Condephaat será o próximo.

A Sra. Rosanne Brancatelli tem a palavra.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Boa noite a todos.

Eu vim ler a opinião do Rubinho sobre Pinheiros.

Vimos aqui várias vezes, participamos, e nós não fomos ouvidos. E nós, de Pinheiros, somos chamados de elitistas – nós, que estamos brigando para ter apartamentos de interesse social; que não tem, é uma falácia.

Rubinho, por favor, pare de olhar nesse celular! Caramba!

- Manifestação do público.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Eu não quero ofender os palhaços, mas nós somos palhaços, porque vocês nos ignoram. Pô, caramba!

Obrigada. Obrigada por ouvir. Você está entendendo? Obrigada.

Nós não somos palhaços porque nós não queremos ofender os palhaços, não é

mesmo?

- Manifestação do público.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Mas eles estão querendo nos fazer de palhaços, porque nós falamos, participamos, trazemos proposta, vimos aqui brigar, vimos aqui gritar, e vocês não nos ouvem, vocês ouvem o mercado imobiliário.

- Manifestação do público.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Não se engane: o Plano Diretor é avanço para São Paulo. É isso que o Rubinho acha. Aí, claro, ele acha, né. Aí, depois, ele diz que os pinheirenses são elitistas.

Como que você diz isso? Você pode nos explicar?

- Manifestação do público.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Elitista é construir prédio de luxo onde deveria ser uma área inclusiva. Isso é elitista. Não somos nós que decidimos os prédios de luxo que estão em Pinheiros. Nós viemos conversar com vocês, e vocês olham para a nossa cara com a maior soberba, mas não atendem, não ouvem e, depois, escrevem a opinião de que a gente é elitista. E você é o quê? É um Vereador que fala o que para a gente? Qual é o respeito? (Palmas)

Dá licença. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Rosane Brancatelli.

A SRA. ROSANA BRANCATELLI – Sr. Rubinho, nós não somos políticos. E não queremos ser ingênuos é muito triste estamos nessa situação em que vocês decidem sem a participação da gente, com essa participação fake, esse processo fake. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Rosane Brancatelli.

A Sra. Ana Aragão, do Parque Linear do Caxingui e Amigos da Praça João Afonso; Sr. Marcelo Magnani tem a palavra.

- Manifestações do público.

O SR. MARCELO MAGNANI – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço ao público que respeite o orador da

tribuna e à assessoria que restituia o tempo do orador.

O SR. MARCELO MAGNANI – Boa noite.

Queria começar falando sobre a questão do patrimônio histórico e a ocupação. Acho que tem muitos imóveis que estão ocupados hoje e que são imóveis tombados, e a gente precisa ter um olhar cuidadoso sobre eles, tanto do ponto de vista de entregar, enquanto não se resolvem as questões que precisam ser resolvidas de moradia, uma moradia digna dentro desses imóveis enquanto se resolvem as questões de desocupação, as ações judiciais e todas as questões que envolvem essa militância por moradia e essa utilização dos imóveis tombados no perímetro do centro.

Acho que é possível que a gente, independente da circunstância da ocupação, em que existem os proprietários, a autoridade pública e o interesse do patrimônio histórico.

Então, eu acho que a gente podia olhar com um olhar um pouco mais carinhoso para esses imóveis porque eles representam a nossa memória. A gente não pode perder a memória. (Palmas) A gente tem que cuidar desses imóveis independentemente de quem estiver ocupando. Então, independente de ele estar ocupado por um ou por outro ou ser de propriedade de um ou de outro. A obrigação de cuidar do patrimônio histórico é uma obrigação concorrente. Então, ela não é uma obrigação só do proprietário. É uma obrigação do proprietário e de todos nós. Na verdade, do patrimônio histórico todos somos donos.

Quando se faz um ato contra o patrimônio histórico, quando destrói o patrimônio histórico, está destruindo um patrimônio público. Ele não pertence só ao proprietário. Eu não vou discutir direito de propriedade porque eu entendo que o movimento de moradia é um movimento digno (Palmas) e que busca o seu pleito, e, algumas vezes, acaba ocupando um imóvel de um particular por condições e circunstâncias que não estão dentro do meu questionamento e não fazem parte da minha pauta discutir isso.

- Manifestações do público.

O SR. MARCELO MAGNANI – Então, as famílias que dormem nesses imóveis, que ocupam, moram, correm risco de desabamento.

- Manifestações do público.

O SR. MARCELO MAGNANI – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço ao público presente que respeite, por gentileza, o orador da tribuna.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. MARCELO MAGNANI – O tratamento do imóvel tombado que está ocupado deve ser feito no sentido de que ele seja o mais digno possível para as pessoas que o estão ocupando, enquanto essa situação perdura, enquanto se busca moradia efetiva e permanente.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. MARCELO MAGNANI – Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Se o público presente não respeitar o orador da tribuna, eu vou suspender, por prazo indeterminado, esta audiência pública para outro dia.

- Manifestações do público.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Está suspensa esta audiência pública.

Se os senhores não respeitarem o orador da tribuna, vou suspender esta audiência pública para outro dia, e o trabalho dos senhores hoje será inócuo. Peço ao público presente que respeite o orador da tribuna.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. LUANA ALVES – Concordo, Rubinho, vamos suspender para daqui a 30 dias a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Suspender a audiência pública não vai elidir a votação, Vereadora.

A SRA. LUANA ALVES – Impede, sim, a votação.

- Manifestações do público: “adia”.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Está suspensa a audiência pública até que

o público silencie. Caso o público não silencie, vou pedir que se retirem do local, e será suspensa a audiência. Lembrando que não vou, de maneira alguma, travar a tramitação do projeto, e ele será votado a despeito da audiência, porque já superei o limite legal exigido por lei para votação.

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Portanto, caso os senhores queiram concluir a audiência pública, eu peço que respeitem, por gentileza, não a mim, mas ao orador.

Obrigado. (Pausa)

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Reaberta a audiência, o senhor tem a palavra.

O SR. MARCELO MAGNANI – Eu entendo que o movimento de moradia é digno e está ocupando os espaços que são possíveis. Eu não discordo das ocupações. Entendo que a gente tem que criar uma metodologia para que a habitação seja a mais adequada possível, preferencialmente, que não seja em imóvel tombado que gera um cuidado e um custo especial – e que não é, então, tão adequada e não se presta tanto para isso. Essa a minha pauta sobre essa questão.

Mas o que venho hoje tentar sensibilizar os Vereadores é sobre a necessidade de a gente colocar, dentro do Plano Diretor, uma possibilidade de criar uma macrorregião específica na Santa Efigênia. Ela vem sofrendo muito: os comerciantes têm muita dificuldade de vender; os moradores têm muita dificuldade de habitar, porque é onde se tem uma condição em que o ser humano não quis estar que é a condição da droga, da química.

Hoje, a cracolândia está naquela região – e é, também, outra questão que eu não vou discutir, porque é questão de saúde pública, que não está na nossa pauta.

Na minha pauta está o cuidado com o patrimônio e a geração de cultura e educação para a população, para poder qualificar, dar melhor condição de vida e novos empregos.

Dentro dessa situação, acho que o Plano Diretor poderia trazer um artigo muito simples, dizendo que pode existir um plano para aquele bairro, um plano específico, criando regras específicas, que determine a criação de cursos profissionalizantes, até para que os ocupantes de imóveis tombados aprendam o ofício de restauro. O ofício de restauro é um ofício caro. É maior a remuneração do que muitas outras profissões. A gente precisa ensinar arquitetos a fazerem restauro e profissionais a fazerem o ofício de restauro, porque, assim, a gente reduz o preço do restauro, melhora a qualidade dos imóveis e a qualidade de vida das pessoas, sejam de ocupação ou sejam os proprietários que utilizam para lojas ou para qualquer coisa que seja. Mas o patrimônio histórico pertence a nossa memória; e é a nossa memória que não nos deixa errar outras vezes; é a nossa memória que nos faz ter uma guia para o que a gente pretende para o futuro; a gente não pode apagar a nossa memória. Cada imóvel tombado que a gente perde é um pedaço de nós que vai embora.

Acho que é assim que finalizo o meu discurso e agradeço esse processo participativo.

(Palmas)

Obrigado, Vereadores. Obrigado a todo o público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Marcelo.

Sr. Luiz Castro, do Cura São Paulo será o próximo.

Sra. Ana Aragão, do Parque Linear tem a palavra.

A SRA. ANA ARAGÃO – Boa noite a todos.

Eu quero dizer “não” a esta revisão; “não” a esse substitutivo. (Palmas)

Os Srs. Vereadores não nos escutam com o devido respeito que nós merecemos, e a cidade – eu gostaria que os senhores entendessem isto - nos pertence; a cidade é nossa. E, por esse motivo, nós deveríamos ser consultados em todas as decisões.

Eu vou falar não só pelo Parque Linear Caxingui, mas pela região do Butantã, por todas as regiões, por todas as lutas e por toda a cidade.

Nós estamos há muitos anos clamando por atenção, principalmente, para preservar partes da cidade que ainda têm Mata Atlântica, Bacias de rios e córregos. A nossa região, no

caso, a região do Butantã está sendo destruída, e o Parque Linear Caxingui não vai sobreviver ao sombreamento das cinco torres de 25 andares cada uma que estão sendo previstas para aquele local.

Além disso, tem toda uma mudança nesse substitutivo que vai erguer muito mais prédios em volta porque aumenta enormemente o tamanho do eixo; na área do Caxingui, não só do Caxingui, mas do Butantã, que tem muita mata e locais preservados, pássaros, eles vão morrer, animais silvestres, tudo que depende da preservação ambiental. Imaginem todo esse adensamento, toda essa verticalização muito maior, porque vão passar de 600 metros para um quilômetro, totalmente voltado para a especulação imobiliária.

O Plano Diretor que nos está sendo apresentado agora é considerado, sinceramente, um crime contra a cidade de São Paulo, porque ele vai contra tudo o que nós demoramos anos para construir em termos de conhecimento e de respeito à natureza e preservação. (Palmas)

— Não é esse o substitutivo que nós queremos. Nós queremos ser ouvidos e decidir o que é melhor para nós em toda a cidade. (Palmas)

É isso.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Sansão Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Muito obrigado, Dona Ana Aragão.

A D. Letícia Reis, assessora da Vereadora Jussara, se aproxime, por favor.

Sr. Luiz Castro, da Cura São Paulo, tem a palavra.

O SR. LUIZ CASTRO – Boa noite, Vereador; boa noite a todos.

Primeiro, vou parabenizar o Vereador Sansão Pereira e Rubinho Nunes, porque foram os únicos que foram dignos de me responder, quando eu fazia questionamentos nas últimas audiências. Então, muito obrigado pelo respeito. Às vezes, parece que não; mas, tem.

Quem concorda que o Plano Diretor deveria prosseguir?

- Manifestação do público: “ninguém”.

O SR. LUIZ CASTRO – É unânime a cidade dizer que não quer o Plano Diretor.

Essa plenária vazia ou lotada representa a população. Os Vereadores foram eleitos pela população. Então, o poder de decisão é aqui; e não ali.

- Manifestação do público.

O SR. LUIZ CASTRO – Eles não se esqueceram, mas tem sete abençoados que precisamos convencer aqui hoje para que essa votação seja “não”. (Palmas)

E precisamos começar pedindo explicação a todos aqueles que foram eleitos pelo povo o porquê estão contra a vontade do povo. (Palmas) É isso que a gente tem que começar a cobrar.

Esta noite é dia de fazer história. Ninguém veio aqui para apenas reclamar, mas veio para exigir aquilo que é de direito. Plenária cheia ou vazia, quem manda é a população.

Ninguém aqui pensou em fazer a cidade crescer para a periferia, levar transporte, condições, comércio, polos de desenvolvimento para que a população não precise gastar horas de transporte – porque já está adensado -, para procurar emprego.

Por que não se criam mecanismos para fazer com que a população se desenvolva perto de onde ela trabalha? Em vez de favorecer alguns e regiões que já estão adensadas?

A gente sabe dessa questão da HIS; a manobra que é. Porque eu não vejo subsídio; não vejo quem precisa comprar conseguindo comprar; não vejo o preço de metro quadrado social, como já foi dito aqui. Todos têm as suas razões, e eu não discordo de ninguém.

Então, nós temos mais do que o suficiente para que isso seja votado contra. (Palmas) Eu tenho a certeza de que hoje, aqui, a gente vai conseguir, pelo menos, sete abençoados para votar contra esse Plano Diretor, porque as próximas eleições estão na porta. (Palmas) E todo mundo aqui vai se lembrar.

Obrigado pela oportunidade, mais uma vez. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Muito obrigado, Sr. Luiz Castro.

Edelaine Castro, munícipe de Vila Mariana-Klabin, se aproxime.

Sra. Letícia Reis, tem a palavra, por favor.

A SRA. LETÍCIA REIS – Olá, boa noite a todos e todas.

Estou aqui como arquiteta urbanista, técnica e assessora parlamentar da Vereadora Jussara Basso, do PSOL, que pede desculpas porque não pode estar aqui por uma questão de saúde, mas a gente achou muito importante trazer e fazer uma fala nesse dia de audiência tão importante.

Bom, estudando, no gabinete, o Plano Diretor de 2014, a gente encontrou na Revista da Câmara, uma apresentação sobre o Plano Diretor como se fosse um instrumento para transformar São Paulo em uma cidade menos desigual e garantir que o povo tenha acesso à qualidade de vida.

Infelizmente, essa revisão apresentada caminha numa direção contrária. Não pensa na qualidade de vida do povo paulistano e promove, mais ainda, desigualdade, enquanto leiloa a nossa cidade para as construtoras.

Quando a se fala em qualidade de vida, não estamos falando da área *gourmet* do panfleto do prédio, mas, sim, de garantias básicas, tais como, saneamento, segurança, educação.

Viver com qualidade de vida significa ter acesso ao transporte público, trabalho, silêncio para poder dormir, áreas verdes, para que não tenhamos problemas respiratórios, tendo que ir para um hospital; parques para que nossos filhos tenham espaços seguros para brincar. É isso que o Plano Diretor deveria levar em conta ao definir a nossa vida, porque é isso o que o Plano Diretor faz: define a nossa vida. (Palmas)

A nossa luta, a que estamos fazendo aqui, é uma luta de Davi contra Goliás. Nós, do gabinete da Jussara Basso, fomos um dos 12 votos contra os 42 a favor desse Plano Diretor. E estamos caminhando – se continuarmos assim, com esses votos – para tornarmos esta cidade mais cinza e desigual. Os debates são sempre muito técnicos. Isso é de propósito, para excluir a população mais vulnerável desse debate.

O Plano Diretor serve, justamente, para direcionar o crescimento da cidade e

promover qualidade de vida. Assim como o Poder Público serve - ou, pelo menos, deveria servir – para trabalhar em prol do povo; não, do lucro das construtoras e do mercado imobiliário, ignorando, exatamente, as coisas mais importantes para a qualidade de vida, como a preservação ambiental e a mobilidade urbana ativa.

Que a qualidade de vida há em viver ao lado de uma construção barulhenta, demorada e poluidora? Sabemos que, infelizmente, buscar qualidade de vida tem sido, cada vez mais, caro. Morar perto da escola, do trabalho ou até do metrô, ficou impossível. Isso empurra o povo mais pobre para lugares, cada vez mais, distantes das suas ofertas de emprego, fazendo com que o trabalhador, trabalhadora, assim como estudantes tenham que pegar ônibus, cada vez mais, lotados, esperando horas no ponto de ônibus, correndo risco de assaltos e outras violências, principalmente, as mulheres.

Faço parte do gabinete da Vereadora Jussara Basso. Aqui, a gente está contra essa revisão do Plano Diretor, votando a favor de que a gente escute a população e que possa fazer uma melhor revisão.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obrigado, Leticia.

Por favor, se aproxime o Sr. João Moreirão, do Conselho Participativo.

A Sra. Edeleine Castro, munícipe da Vila Mariana/Klabin, tem a palavra.

A SRA. EDELEINE CASTRO – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Boa noite.

A SRA. EDELEINE CASTRO – O meu nome é Edeleine e sou moradora do Klabin, da Vila Mariana.

Assim como todos falaram, eu fui escolhida para representar o nosso bairro, porque eu sou uma das moradoras mais antigas. Eu construí a minha casa há mais de 42 anos no Klabin. Como ouvi de várias pessoas aqui, eu participei de várias, de inúmeras audiências e todas as nossas sugestões e reivindicações, nenhuma foi ouvida. Então fizemos o nosso projeto, levamos na Subprefeitura da Vila Mariana, sequer foi olhado um item daquilo que nós colocamos.

Aqui tem representantes de várias entidades, e eu como moradora antiga criei o meu bairro, cuidei do meu bairro, assim como todos os outros moradores. E o que está acontecendo no nosso bairro? As construtoras estão vindo, derrubando as nossas casas e construindo prédios de 30, 40 andares. Isso é um absurdo. E usando praticamente 100% do terreno.

Quando eu construí a minha casa, eu fui obrigada a deixar recuo na frente, recuo do lado, recuo atrás, ventilação, paisagismo e agora? Tudo é feito de uma outra maneira, sem planejamento algum. (Palmas) Estão sendo construídos estúdios na linha do Vergueiro, só num pequeno trecho do quarteirão, vocês sabem quantos estúdios são construídos? Trezentos e doze estúdios, que na realidade são quitinetes, caríssimos, por um preço supervalorizado. A pessoa está pagando no estúdio o mesmo preço que teria num apartamento de 60 metros quadrados.

Continuando, perto do metrô Chácara Klabin, tem mais 500 estúdios. Se nós formos colocar duas pessoas por estúdio, serão quase mil pessoas colocadas num bairro sem planejamento nenhum, sem locomoção, sem área para escola, sem uma área verde. Outra coisa, quando se passa na rua, se esticar o braço, você está na varanda do prédio.

Então, eu não entendo isso. Se eu construir uma paredinha deste tamanho, a Prefeitura me multa. Agora, construir o apartamento na calçada, a sacada do prédio é demais. Isso é o fim do mundo.

- Manifestação do público.

A SRA. EDELEINE CASTRO – E não tem ninguém, ninguém que vá lá e embargue o prédio. É isso que eu acho gozado. Outra coisa, as construtoras estão invadindo os espaços do Klabin. Todo bairro, toda a nossa rua tem um “v”, de jardim. O que a construtora faz? Ela constrói o prédio, pega aquele pedaço e põe o seu muro. Não. E ninguém, a Prefeitura...

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Edeleine.

A SRA. EDELEINE CASTRO – ...não vê absolutamente nada. Por isso eu, como

moradora, com todas essas reivindicações que fiz, eu estou sendo despejada da minha casa para dar lugar a um prédio de 30 andares.

Então eu sou contra essa expansão do eixo diretor. Eu sou contra a construção de prédios de 30 andares. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Edeleine.

A SRA. EDELEINE CASTRO – Vamos construir os prédios, sim, de 12 andares, com áreas de lazer, com dois quartos, sala, cozinha, direito.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. EDELEINE CASTRO – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Edeleine, a senhora excedeu o tempo.

Peço que conclua, por gentileza.

A SRA. EDELEINE CASTRO – Aqui está. Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Sr. João Moreirão, do Conselho Participativo.

O próximo é o Sr. Jerônimo Barreto da Silva, da Associação dos Moradores do Jardim São Francisco.

O senhor tem a palavra, Sr. João.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Obrigado.

Eu me lembro que quando teve aquela primeira audiência, daquelas de sábado de manhã, nas regiões, eu falei para o Secretário Adjunto da SMUL, Sr. José Armênio, que o melhor lugar para o PL que governo tinha mandado era o lixo. Eu acho isso, era o lixo. Tenho uma certa pena do lixeiro, mas é o lixo o lugar adequado ao PL.

Agora, esse substitutivo é o quê? É lixo altamente tóxico, porque ele é muito pior. Essa é a questão. (Palmas) Depois de tantas falas, tantas falas de especialistas, de gente que estuda, eu sei que tem aí umas correntes de pensamento que acham o estudo, o saber e o conhecimento são prejudiciais. Mas tivemos hoje a participação de gente que tem conhecimento, que conhece, que participou da elaboração do Plano Diretor, desde aquele da Marta.

Temos aqui os bairros, as favelas, as comunidades; todo mundo dizendo que isso não presta e que o método, como foi feito, não presta para a sociedade também. Então eu não vou ficar repetindo os detalhes do porquê que não presta. Todo mundo já sabe, inclusive os Vereadores.

Agora, eu quero levantar uma questão e eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Vereador Rubinho Nunes. O senhor, além de ser o Presidente desta Comissão, é também o Corregedor-Geral da Câmara. Certo? É correto. A questão é a seguinte: está nos jornais, está no Ministério Público, uma declaração espantosa de um Vereador pedindo contrapartida e o Promotor de Urbanismo encaminhou isso e outros fatos para o Gaeco que, para quem não sabe, é o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Então esta Câmara, esta Câmara, porque eu sei que tem Vereadores íntegros e merecedores do nosso respeito...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Não, eu não estou falando quantos são, nem quais são, só sei que tem. O negócio é o seguinte: tem e que usa o título de Casa do Povo... Eu quero dizer o seguinte, para poder usar o título de Casa do Povo tem que ser transparente e limpinha como Deus quer as almas, senão não serve. (Palmas)

Esta Casa, esta Câmara está sendo investigada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público. O senhor é o Corregedor-Geral, o que já fez ou o que está a fazer para separar o trigo do joio, para limpar o nome desta Casa, que deveria ser a Casa do Povo realmente? Essa é a questão.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Porque nós estamos vendo, claramente identificado...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. João, para concluir, por gentileza.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Para concluir, claramente identificado que esse substitutivo é da Abrainc e não da sociedade. O Gaeco investiga os Vereadores, então, não está

precisando realmente parar tudo e fazer de verdade um processo democrático, limpo e transparente? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. João Moreirão.

Sra. Preta Ferreira, do MTST, será a próxima.

Sr. Jerônimo Barreto da Silva, da Associação dos Moradores do Jardim São Francisco, tem a palavra.

- Manifestação do público.

O SR. JERÔNIMO BARRETO DA SILVA – Boa noite a todos.

- Manifestação do público.

O SR. JERÔNIMO BARRETO DA SILVA – Parabéns, povo de guerra.

- Manifestação do público.

O SR. JERÔNIMO BARRETO DA SILVA – Meu nome é Jerônimo Barreto. Sou da comunidade do Jardim São Francisco, lá onde o nosso Presidente Lula regularizou 50 mil famílias.

- Manifestação do público.

O SR. JERÔNIMO BARRETO DA SILVA – E hoje eu vim a esta Casa, com muita alegria, eu sei que cada um de vocês tem uns problemas nas suas comunidades, mas hoje eu vim aqui, estou muito feliz porque a gente tem um documento e é a coisa mais legal da nossa história. Você morar num lugar digno, com seu endereço, que seja reconhecido pelo Brasil, pelo mundo, pelo pobre ou pelo rico, mas a gente existe lá.

E também gostaria de falar para os Vereadores, só esses que estão aqui e os outros que estão na Câmara, sentados nos seus gabinetes, que nas próximas viradas culturais, que chegue até essas comunidades carentes. Nós sabemos que teve essas viradas culturais, mas em São Mateus não tem nada, como Tiradentes e outras regiões. Então, Srs. Vereadores, que entre nessa pauta também.

Muitos já falaram aqui, muitos já tem trabalho de muitos anos, eu acompanho esta Casa e também as famílias mais carentes desses bairros esquecidos. Nós sabemos que tem

várias lideranças aqui, como eu, que acreditei no meu trabalho e hoje tem 50 mil famílias que vão receber seu documento definitivo. Felizmente a gente lutou e lá a gente vai receber 50 mil títulos de documentos oficiais.

- Manifestação do público.

O SR. JERÔNIMO BARRETO DA SILVA – Não é mais uma concessão de 90 anos, vai ser definitivo. Então eu estou feliz em nome de minha comunidade e quero que todos vocês também estejam, quando tiver também a parte de documentos, casas, moradias dignas para cada um de vocês.

Meu nome é Jerônimo Barreto. Quero agradecer a todos vocês por estar nessa luta.

Tchau, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Jerônimo.

Chegou informação de que a Sra. Preta Ferreira cancelou a inscrição.

Por isso, convido o Sr. Lucas Pavanato. Lembrando que a próxima será a Sra. Gisele Brito, do Saracura Vai-Vai.

O SR. LUCAS PAVANATO – Primeiramente, boa noite a todos, porque todes não existe.

- Manifestação do público.

O SR. LUCAS PAVANATO – Respeitem a minha fala, assim como eu respeitei a de vocês, primeiramente. Gostaria de parabenizar o Vereador Rubinho pela condução dos trabalhos, parabenizar o Prefeito Ricardo Nunes por ter a coragem de defender com seriedade...

- Manifestação do público.

- O Sr. Presidente faz soar a campanha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao público que respeite o orador.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao público presente que respeite o orador na tribuna.

- O Sr. Presidente faz soar a campanha, por um longo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou pedir ao orador que não provoque o público. Eu peço à Secretaria, por gentileza.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu volto a dizer aos senhores, se não respeitarem o orador na tribuna, eu vou suspender imediatamente esta sessão. Gostem ou não os senhores, o orador tem o direito de expressar a sua opinião.

Eu vou pedir ao orador a gentileza de não provocar o público presente e peço ao público presente que respeite o orador para o bom andamento. Eu já dei alertas o suficiente e vou suspender esta sessão se os senhores não respeitarem o orador.

Reaberta a sessão. O senhor tem a palavra.

O SR. LUCAS PAVANATO – Bom, o que se discute aqui hoje não é o acesso a moradias. O que se discute aqui hoje é a hipocrisia, a hipocrisia de um movimento que diz lutar por moradias, mas atenta contra a propriedade de outras pessoas.

- Manifestação do público.

O SR. LUCAS PAVANATO – Nós defendemos o acesso à moradia, mas nós não defendemos a invasão. Nós defendemos o acesso à moradia, mas nós não defendemos o terrorismo. Nós defendemos o acesso à moradia, mas nós não defendemos a vagabundagem.

- Manifestação do público.

O SR. LUCAS PAVANATO – É disso que se trata. Se trata de questionar a hipocrisia desses movimentos, que servem como massa de manobra de um projeto político, de um invasor de propriedades, que quer ser prefeito de São Paulo.

- Tumulto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço ao orador que aguarde. Os senhores têm o direito de virar de costas, os senhores têm o direito de se indignarem, mas os senhores não têm o direito de interromper o orador da tribuna, tendo em vista que ele aguardou todos se manifestarem.

Eu vou pedir ao orador, por gentileza, que não se dirija ao público...

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pela ordem, Presidente. Ninguém na tribuna pode chamar o povo de vagabundo não.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O orador, Vereadora, não se referiu a ninguém como vagabundo.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Ele falou vagabundagem.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Ele usou o termo vagabundagem, que é um termo genérico.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Não tem ninguém vagabundo aqui.

O SR. LUCAS PAVANATO – Se a carapuça serviu.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora, Vereadora, o orador, eu prestei atenção, ele não se referiu a nenhum indivíduo como vagabundo. Caso ele utilize termos pejorativos, ele responde como pessoa física pelas palavras dele, assim como todos que estão se manifestando. E eu peço para que nós possamos concluir a presente audiência pública que o público presente faça silêncio, para que o orador conclua a sua explanação.

Sr. Lucas Pavanato, tem a palavra.

O SR. LUCAS PAVANATO – O que se discute aqui hoje também é hipocrisia, porque o atual Plano vigente foi criado pelo Sr. Haddad, que hoje é Ministro da Fazenda. O atual Plano vigente, que foi relatado pelo PT, que diz defender o direito à moradia, o acesso à moradia, ele não prevê nenhum artigo sequer que garanta o acesso à moradia, que garanta a construção de moradia, mas o atual Plano que está na relatoria é um Plano que prevê o incentivo à iniciativa privada para a construção de moradias populares.

- Manifestação do público.

O SR. LUCAS PAVANATO – O que faz Vereadores que dizem defender o acesso à moradia lutarem contra o acesso à moradia? É a hipocrisia! É a hipocrisia de usar pessoas, militantes, como massa de manobra de um projeto político-partidário para eleger um invasor de propriedades na cidade de São Paulo. É isso que se discute. Qual a lógica? Qual a lógica de

alguém que diz defender moradias se opor a um projeto que garante moradias?

Vocês, apesar de estarem indignados comigo, eu tenho pena de vocês, porque vocês são usados por essa gente. Essa gente que se elege nas costas de vocês, mas só pensa nos próprios interesses. É essa a verdade! A verdade é dura de engolir, mas ela deve ser dita.

- Manifestação do público.

O SR. LUCAS PAVANATO – Nós defendemos o acesso à moradia. Nós não defendemos a baderna. Nós não defendemos a invasão, porque invasor de propriedade é criminoso e o lugar dele é na cadeia. Então, cadeia para quem invade propriedade. E se a carapuça serviu, Vereadora, sinto muito.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Lucas Pavanato.

O Sr. Edson Luís, munícipe, é o próximo.

Convido agora a Sra. Gisele Brito, do Saracura Vai-Vai para se manifestar.

Sra. Gisele, só peço um minuto. Eu gostaria de pedir ao público presente que respeite a oradora na tribuna. Nós temos uma oradora na tribuna, ela tem direito a fazer uso da palavra. Por favor, respeitem a oradora. Eu peço que os senhores respeitem a Sra. Gisele, que está na tribuna, e deseja fazer uso da palavra.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Reaberta a sessão.

Sra. Gisele, tem a palavra.

- Manifestação do público.

A SRA. GISELE BRITO – Boa noite a todes.

Meu nome é Gisele Brito. Eu faço parte da articulação Saracura Vai-Vai. Também sou Coordenadora de Direito a Cidades Antirracistas do Instituto de Referência Negra Peregum, que é uma organização do Movimento Negro Brasileiro.

Eu queria dizer que por duas vezes, pessoas que subiram aqui disseram ter pena das pessoas que estão aqui. Eu queria dizer diretamente para essas pessoas que eu não tenho pena de ninguém. Eu tenho raiva de vocês. (Palmas)

- Manifestações na galeria.

A SRA. GISELE BRITO – O Movimento Saracura Vai-Vai tem discutido há um ano o direito à memória e à permanência da população no Bexiga, que é um bairro negro da cidade de São Paulo, depois de ser encontrado um sítio arqueológico, depois da remoção da Escola de Samba Vai-Vai, um patrimônio da história do Brasil, resquícios arqueológicos de um quilombo que conta a história do Brasil.

Há um ano a gente tem articulado em torno disso, pensando em memória e permanência. Apresentamos quatro emendas ao Plano Diretor, duas tratando sobre a questão do patrimônio e duas tratando sobre a adoção de critérios raciais para o desenvolvimento da área de infraestrutura urbana e adoção de critérios raciais para o Bexiga.

A gente pensou isso no contexto do Bexiga, mas essa é uma luta para toda a Cidade, porque esse Plano Diretor é um plano racista, é um plano que aumenta o racismo da Cidade, que estrutura esta cidade. Ele é racista porque tira o recurso que poderia ser usado para mudar a situação das periferias de São Paulo.

Esse dinheiro não é usado hoje porque não se quer, não se quer fazer uma transformação para a Cidade. O cofre está cheio, o cofre transborda dinheiro e ele não é usado. E ele não é usado porque a lei caracteriza ele como um dinheiro que teria função social. E aí, como tem muito dinheiro, eles esvaziam o Fundurb. Tipo “nossa, tem muito dinheiro, se a gente usar isso, vai acabar e vai diminuir muito a desigualdade, a gente vai ter que morar perto desses pobres, vamos acabar com isso”.

Ele é racista porque a verticalização via iniciativa privada não muda nada, ela aprofunda as desigualdades na Cidade, não porque é vertical porque as formas de acesso são inacessíveis para a maioria da população. Ela é racista porque não pensa no direito às memórias que não são só as memórias de quem interessa. Ela não pensa no racismo ambiental. Esse

Plano Diretor avança no racismo da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Gisele, por gentileza.

A SRA. GISELE BRITO – Eu vou concluir, Vereador, dizendo que também não me surpreende que o Plano avance nesse sentido, porque a gente teve aqui várias demonstrações do elitismo, do racismo dos vereadores que tomaram a palavra, o que é inadmissível. Me surpreende saber que o Vereador também é Corregedor e tenha feito uso de palavras que são absolutamente inadequadas para o cidadão. (Palmas)

Então eu gostaria de dizer que as emendas ainda estão lá, que os vereadores que queiram se comprometer de fato com o antirracismo para além do blábláblá, para além do mimimi, como eles dizem, ainda podem fazer isso. Mas o ideal é que esse Plano não seja votado. Não houve participação da população. Esse é um Plano que vende a cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

O próximo que irá fazer uso da tribuna é o Sr. Nelson, munícipe.

E, agora, sobe à tribuna o Sr. Edson Luís, também munícipe. Sr. Edson Luís está ausente?

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Ah, está lá em cima o Sr. Edson.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Edson, tem a palavra.

O próximo será o Sr. Nelson.

O SR. EDSON LUÍS – Todos ouvindo? Primeiro lugar, gostaria de dizer boa noite a todes, porque vocês existem e vocês estão aqui hoje nesta Casa. (Palmas)

Eu gostaria de me apresentar. Eu sou Edson, sou do Movimento Raiz da Liberdade e também do Movimento de Moradia MTST, do qual tenho muito orgulho de participar, muita honra de participar.

Eu gostaria de dizer que fui contemplado nas falas dos companheiros que estão aí

embaixo, a Eliane, o Toninho, a Débora, a Silvia; muito contemplado quando vocês trazem as questões do Fundurb, do Plano Diretor. E eu gostaria de usar o meu tempo restante para rebater dois moleques que subiram nessa tribuna aí. (Palmas)

O primeiro moleque chama Lucas Pavanato, que colocou o rabo entre as pernas e já saiu correndo ali, porque ele sabia que ia ter resposta. Eu encontrei esse moleque na Paulista, ele estava com a banquinha e estava escrito na banquinha: “Se você me convencer a votar no Lula, você ganha 100 reais”. E eu convenci e esse caloteiro não me pagou. Foi bom que ele foi embora. (Palmas)

O outro moleque, que deve estar aí, o nome dele é Bruno e ele subiu aí nessa tribuna para falar que a Cidade está evoluindo. Meu, eu acho que está faltando palavra para ele. Ele tem que tomar cuidado, primeiro, com a questão da palavra “evolução” porque, do contrário, os médicos não diriam que os pacientes evoluem para o óbito. Então nem sempre evolução é uma coisa boa. (Palmas)

Agora, se ele quiser dizer que a Cidade está melhorando, ele tem que tirar a bunda dessa cadeira, do ar-condicionado, e ir lá na Praça da Sé ver as pessoas que estão no meio da rua passando fome, ver as pessoas que estão na cracolândia, ir lá no fundão ver as pessoas que estão sem moradia, as pessoas que estão recebendo marmita no centro da Sé, as pessoas que estão sendo mortas pela polícia.

Dois moleques, dois vagabundos, não nos representam. (Palmas)

Agora, para concluir, se eles quiserem que a sociedade melhore de fato, uma mudança na sociedade, eles têm que primeiramente tirar a bunda da cadeira e olhar para essa questão que a *Folha de S.Paulo* trouxe, em relação à manobra que o Vereador Adilson Amadeu, do União Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sr. Edson.

O SR. EDSON LUÍS – Concluindo, Adilson Amadeu, do União Brasil, está em conluio com as incorporadoras para que elas favoreçam o Prefeito da cidade, Ricardo Nunes, em contrapartida. É isso que eles têm que cobrar. (Palmas)

E outra, para finalizar a minha fala em relação às ZEIS que vocês retiraram de nós lá no Brás, toma aqui 200 reais. (Palmas)

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Edson.

Sr. Francisco Brito, da Associação dos Moradores da Vila Mariana, será o subsequente.

O Sr. Nelson, munícipe, tem a palavra.

O SR. NELSON – Em respeito a todas as companheiras que estão neste plenário e nesta Câmara, que dizem que é a Casa do Povo, eu vou passar minha palavra para a companheira Ivonete, do MMLJ, Movimento de Moradia na Luta por Justiça. Companheira Nete.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Nelson, a palavra é intransferível, por conta das inscrições e das Notas Taquigráficas. Para que qualquer pessoa faça uso da palavra, essa pessoa tem que se inscrever diretamente na secretaria. Se a Sra. Ivonete não foi inscrita, infelizmente ela não pode fazer uso da palavra. Eu peço que o senhor continue fazendo uso da sua palavra, por gentileza. Caso a Sra. Ivonete tenha se inscrito, ela terá oportunidade de falar no momento na inscrição dela. O senhor tem a palavra.

O SR. NELSON – Se é assim, vamos assim.

Eu já vi tanta coisa hoje nesta Casa, que nos envergonha como munícipe da cidade de São Paulo, envergonha. Gente, chegar na Câmara Municipal para discutir revisão do Plano Diretor, sem explicação do que foi aplicado do Plano velho, o que não deu certo para se fazer essa revisão, é uma vergonha. (Palmas)

E aí, companheiros, eu olho do meu lado e vejo companheiro que há dez anos lutou comigo por esse Plano Diretor; olho à minha esquerda, vejo companheiras e companheiros que lutaram por esse Plano Diretor. E agora vêm fazer revisão de uma forma excludente, de uma forma autoritária e de uma forma que demonstra que esta Casa não é uma Câmara de vereador, e sim um açougue, porque está fatiando a cidade de São Paulo, vendendo a cidade de São Paulo. (Palmas)

Agora, vendendo para quem? Para quem pode mais, para a burguesia. O Secovi com os seus pedidos todos aceitos nesta Casa, e as reivindicações do trabalhador, que leva duas horas para vir para o serviço, duas horas para ir para casa, não são aceitas. Isso é uma vergonha.

Os vereadores que votaram no primeiro turno nessa revisão deveriam ter vergonha na cara. Felizmente, nos depósitos, nas casas de material acabou o óleo de peroba; se tivesse, eles tinham que levantar de manhã e passar peroba na cara para ver se tomavam vergonha. (Palmas) Por isso que é uma vergonha estar aqui para fazer revisão do Plano Diretor, é uma vergonha.

E esse Plano Diretor não deve ser votado por esses vereadores que estão nesta Casa. Os que recebem barganha vão passar vergonha na próxima eleição se não voltarem para esta Casa. (Palmas) Dá desgosto viver numa cidade em que a mobilidade está um caos, e a gente tem que conviver ainda com essa palhaçada - tirando o nome de palhaçada, mas com essa falta de democracia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sr. Nelson, por favor.

O SR. NELSON – Ainda tem uns cidadãozinhos que se dão o orgulho de ir à tribuna abrir a boca para falar de movimento de moradia, que ele nem sabe como que se faz movimento de moradia. Ele sabe viver na barra da mãe e do pai, não da verdade nem da luta. Deveria lavar a boca para falar de movimento de moradia.

Obrigado. Eu volto na próxima, que vai ter próxima e eu vou estar aqui de novo.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Será muito bem-vindo, Sr. Nelson.

A Sra. Denise Delfim será a subsequente.

Sr. Francisco Brito, da Associação dos Moradores da Vila Mariana, tem a palavra.

O SR. FRANCISCO BRITO – Boa noite, gente.

Eu sou Brito, da Associação Vila Mariana e também atuamos, a Associação, na Frente São Paulo Pela Vida, que está nesse engajamento forte já faz uns meses contra essa

situação esdrúxula que está ameaçando afetar São Paulo.

Quem entrar hoje no *site* do IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção São Paulo, vai ver a Carta Aberta, assinada por quase 200 entidades, que pede a suspensão desse processo de revisão; pura e simplesmente a suspensão, até que quatro itens que estão lá sejam considerados.

O primeiro item é que seja feita uma investigação sobre as denúncias envolvendo o favorecimento de interesses econômicos em troca de apoio, no período eleitoral, ao Prefeito, que é aquela acusação feita à fala do Vereador Adilson Amadeu.

O segundo item que pede é que sejam apresentados e debatidos os estudos que motivaram essas novas propostas que foram colocadas nessa revisão.

A terceira exigência dessa carta é que sejam produzidos materiais que apontem os impactos das mudanças propostas, para ampla divulgação na mídia.

Finalmente, pede também que as contribuições da sociedade civil e dos conselhos municipais que foram apresentadas sejam sistematizadas, disponibilizadas em formato aberto, e que os motivos da sua não incorporação sejam devidamente justificados.

Então a suspensão dessa revisão é eivada de razões.

Eu pediria para que as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores passassem a observar o que vocês estão fazendo com a cidade de São Paulo. O que vocês estão fazendo é fruto de um processo. Tem um ditado popular muito simples que diz assim: O uso do cachimbo deixa a boca torta. Há muito tempo a boca das vereadoras e vereadores desta cidade tem aquele cachimbo, a boca vai entortando e eles nem mais percebem a situação. Porque o cachimbo entorta e a pessoa chega naquele ponto que nem percebe o que ela está fazendo. Ela vai num movimento e numa dinâmica que se retroalimenta.

Só que esse cachimbo, gente, ficou pesado demais; esse cachimbo é uma caçamba de concreto e a boca está extremamente torta. Nós chegamos ao limite. Perdeu-se a consideração de que São Paulo está no limite, São Paulo é uma cidade adoentada há muitos anos. É incrível que os Srs. Vereadores não tenham sensibilidade de ver que a Cidade está

absolutamente doente. É uma metrópole que está mórbida.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por gentileza.

O SR. FRANCISCO BRITO – Então, gente, nunca é tarde para se rever um erro, nunca é tarde e a oportunidade é esta, surgiu agora. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, observem o equívoco que vocês fizeram, porque não perceberam.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Francisco, para concluir, por gentileza.

O SR. FRANCISCO BRITO – Nunca é tarde para se rever um erro, nunca é tarde. E vamos juntos na construção, na recuperação de uma Cidade que não vai morrer. Esta cidade não vai morrer porque, se esse projeto passar como está apresentado, é o fim da qualidade de vida na Cidade e é o fim da Cidade, lamentavelmente. Mas isso não vai acontecer, por tudo que foi dito aqui até agora.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Francisco.

O Sr. Marcos, do Salve Saracura, será o subsequente.

A Sra. Denise Delfim tem a palavra.

A SRA. DENISE DELFIM – Boa noite a todos.

Eu acredito que o Vereador Goulart deve lembrar de mim, já falei muito sobre o meu território, em que passam as águas do Parque Ibirapuera, as águas do lago, que está sendo destruído, ninguém está respeitando, ruas em que passa curso de rio, lençol aflorado. Isso quando eram 600m de raio, e ninguém escutou.

O Vereador Rubinho vive no celular mesmo, ele não escuta a gente, então eu vou falar diretamente para o Sr. Vereador Goulart.

É uma vergonha tudo isso que está acontecendo. Eu participo das audiências. Desde 2002, sou a conselheira participativa mais votada da Vila Mariana, faço parte da diretoria da Associação da Vila Mariana. Não estou aqui para falar de adensamento ou de elitismo. Vou falar do meio ambiente.

A cidade está afundando, o meu bairro já está afundando. O lençol freático aflora, é

uma coisa impressionante. Quando se anda na rua, vê-se a água brotando. Vocês aumentaram para mil, para um quilômetro de raio.

Para mim é uma decepção vocês nos representarem, porque vocês não nos escutam. A gente fala, a gente participa, na outra vez a gente fez um plano regional, ninguém levou em conta. A gente pediu plano de bairro, ninguém levou em conta. A gente está falando das ruas, de meio ambiente, ninguém está levando em conta.

Então o que eu quero dizer é que este Plano é uma irresponsabilidade. Daqui a cinco anos a gente não sabe o que vai acontecer, porque a gente sabe da voracidade das construtoras em ganhar dinheiro. É tudo para investidor. É o que a gente percebe. Os caras constroem os prédios para investidor, não para a população.

Eu não sou do movimento, mas sou a favor dele. Sou de um bairro que vocês consideram elitista, mas vocês devem morar em bairros de elite, também.

Quero dizer que é uma tremenda irresponsabilidade, que eu estou decepcionada com esta Casa que se diz a voz do povo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Denise.

O Sr. Antonio Zagato, será o subsequente.

Sr. Marcos, do coletivo Salve Saracura, tem a palavra.

O SR. MARCOS – Boa noite a todos, todas e todes. (Palmas)

Eu queria falar diretamente para o pessoal do nosso campo que não votou com a gente. Estávamos juntos até agora, votar “sim” por esse projeto é uma coisa que eu não entendo até agora. É nosso campo, estávamos juntos até agora. Esse é o primeiro recado que eu preciso dar.

O segundo, a gente sabe muito bem de onde vem esse substitutivo. Aliás, um substitutivo golpista porque estava na gaveta. Até agora a gente não sabia de nada. A gente sabia de um que era ruim, mas veio outro muito pior, aquele que colocaram na mesa, o da especulação imobiliária.

É aquele projeto que quer adensar São Paulo e quer acabar com o Bixiga, transformar todas as casas em prédios, prédios e prédios. Vai estragar o nosso bairro. Há 1.049 casa tombadas no Bixiga. Isso não importa para ninguém, o que eles querem é que a especulação imobiliária compre a rua. Uma rua inteira que a especulação imobiliária quis comprar, inteirinha. Sorte que alguns moradores resistiram.

O Bixiga é um bairro gastronômico, cultural, cheio de teatros, mas é um bairro diverso. É o bairro dos italianos, mas sobretudo é o bairro dos negros. O bairro que veio do Quilombo Saracura (Palmas) é isso que é.

Quem vai sair do bairro? Não é a classe média, mas quem vai sair do bairro são os pobres e os pretos. É isso que eles querem fazer. Vão mandar mais uma vez os pobres e pretos para a periferia de São Paulo quando vai chegar o metrô no Bixiga, onde a gente tem vários equipamentos, quando a gente deveria ter Habitação de Interesse Social para que esses negros permaneçam no Bixiga, para que esse povo preto e pobre fique no Bixiga.

São Paulo não está à venda, não vamos admitir. Terça-feira o povo vai para a rua na Praça da República. Agora a gente vai se manifestar, a gente vai para a rua com o poder e a força do povo. São Paulo não está à venda. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Marcos.

Sra. Anabela Andrade, da Associação de Moradores e Amigos do Centro, será a subsequente.

Tem a palavra o Sr. Antonio Zagato.

O SR. ANTONIO ZAGATO – Corregedor, eu gostaria de pedir uma correção antes de o meu tempo começar. Eu escrevi Atoni, sou uma pessoa trans não binária. Eu gostaria que o senhor corrigisse o artigo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu sigo a gramática, então está constando “Antonio”, portanto o verbo é masculino. O senhor tem a palavra.

O SR. ANTONIO ZAGATO – Não, escrevi meu nome como Atoni. É o nome social que esta Casa tem que respeitar. (Palmas) Os guardas daqui me respeitaram. Os guardas desta

Casa me respeitaram.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Está constando “Antonio Zagato” aqui.

O SR. ANTONIO ZAGATO – Então alguém alterou o meu nome, porque eu escrevi aqui...

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – É direito, é direito.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço à Vereadora Silvia que faça a leitura do nome do senhor, por gentileza.

O SR. ANTONIO ZAGATO – Atoni.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora Silvia, por gentileza faça a leitura do nome do...

O SR. ANTONIO ZAGATO – É só falar. Você tem dificuldade?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Antonio Zagato.

O SR. ANTONIO ZAGATO – Então, Atoni, por favor.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Tem que fazer a correção, porque a pessoa tem direito de ser chamada da forma como ela deseja. Então é Atoni.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – É lei gente, é lei.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu não tenho bola de cristal para adivinhar como a pessoa quer ser chamada. Está escrito Antonio, no papel.

O SR. ANTONIO ZAGATO – Então, alguém alterou.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não vou chamar ele de outra coisa que não está no papel. Eu não tenho culpa que o nome veio constando errado. Está constando Antonio, eu não sei qual é o nome do senhor.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Atoni.

A SRA. ATONI ZAGATO – Da senhora, da senhora.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Portanto, V.Sa. tem a palavra.

A SRA. ATONI ZAGATO – Está ótimo. Muito obrigado. A gente está vendo aqui, por favor, eu queria que zerasse meu tempo, porque eu estava discutindo a questão do meu nome

social, por favor. Tenho os mesmos direitos...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vou pedir à secretaria que zere o tempo, tendo em vista que...

A SRA. ATONI ZAGATO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – ...houve um imbróglio com relação ao nome. Restituído o tempo, tem a palavra.

A SRA. ATONI ZAGATO – Obrigado, Vereador. É tanta coisa que eu queria falar... só duas expressões que acho importantes.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ZAGATO –É, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu me sinto Presidente da República, me chame de Presidente.

A SRA. ATONI ZAGATO – Claro. Presidenta, a gente teve aqui um esgoto branco falando racistamente, transfobicamente, e nada aconteceu.

Esta Casa tem uma cruz ali e muitas dessas pessoas que estão sentadas, inclusive, a que está sentada abaixo dessa cruz, fala de cristianismo, de família, de criança, de cuidado. Mas, na verdade, está produzindo a destruição, está produzindo a segregação, está produzindo a exclusão e o colapso climático.

A gente está longe de praticar dentro desta Casa a democracia. Está muito longe, assim como no Plano Diretor.

Eu sou conselheiro municipal de Política Urbana como tantos outros que estiveram aqui, eu li 209 páginas, com 393 artigos. A nossa Constituição Federal tem 250, tirando as Disposições Transitórias.

Então eu tenho um problema com esse Plano Diretor e com todas essas outras leis que são um plano discurso, porque na prática faz o que bem entende em todos os bairros. É um tipo de devassidade.

Eu queria lembrar quem não está dentro desta Casa, que são as pessoas em

situação de rua que somam mais de 55 mil moradores depois da barbárie desta Gestão durante a pandemia, construindo hospital de plástico e despejando gente de dentro das casas. Tudo com o Plano Diretor, esse monte de papel e palavra vigendo.

Além disso, além de gente que dorme com cobertor, gente que é ciclista, que é mulher entregadora, negra, da periferia, andando e sendo assediada em transporte, sendo morta e estuprada, com o Plano Diretor cheio de objetivos não sendo cumpridos.

Porque esse monte de palavras não vale nada, na prática. A Gestão que entra faz o que bem entender. Eu estou me dirigindo também não a Vereadores, não a quem está aqui, estou me dirigindo também a todos os promotores de meio ambiente, de habitação e urbanismo, de direitos humanos, de patrimônio público que estão vendo essa barbárie acontecer em 96 Distritos e a gente está vendo acontecer e se agravar.

Além dessas, as pessoas trans que têm expectativa de vida de 35 anos nesta cidade. Eu superei porque sou uma pessoa branca, trabalhadora da cultura dentro do estado, que vê esse monte de palavras e crime acontecendo, mas é perseguida por falar que tem crime, ao invés de caçar o criminoso, como acontece aqui dentro também.

Então a gente tem um Plano Diretor que podia suprimir tudo isso, parar de falar de eixo, parar de falar de construtivo, todos esses índices desumanos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por gentileza.

A SRA. ATONI ZAGATO – Vou concluir. Precisa de plano de bairro com conselho de bairro, porque não precisa todo mundo vir aqui para essa farsa (Palmas) que está aqui, reproduzindo uma tragédia humanitária durante 523 anos nesta cidade, 523 anos no país e um pouco menos de 523 anos nesta cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Sra. Verônica Bilu, do Pró-Pinheiros.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A Sra. Verônica é a subsequente, como de praxe tem sido em toda audiência pública, a pessoa subsequente é chamada.

Agora, quem fará uso da tribuna é a Sra. Anabela Andrade, da Associação de Moradores Amigos do Centro.

A SRA. ANABELA ANDRADE – Sou eu. Boa noite a todes. Eu sou do Movimento Social de Mulheres.

Rubinho, olhe para mim, largue o celular. Pela ordem, largue o celular. Toda vez que uma mulher pega o microfone você vai para o celular. Você é o Presidente e não nos ouve.

Vamos fazer uma vaquinha, porque você vai para Dubai. Entendeu? Você vai para Dubai, porque nunca mais você vai ser reeleito. Nunca mais você vai ser reeleito. É ou não é plena?

- Manifestação do público.

A SRA. ANABELA ANDRADE – Entendeu? A plena é soberana.

Eu corroboro com todas as palavras dos meus antecessores, sobretudo o Nabil, porque nós participamos do Plano. Colocamos árvores, calçadas permeáveis, os objetivos de desenvolvimento sustentável. Este Plano não vê nada disso.

Nós estamos lutando para fazer drenagem sustentável e infraestruturas verde e azuis na Praça São Crispim, tentamos fazer mais jardins de chuva para ver a questão hídrica, mas esta cidade, infelizmente, esta Casa não nos ouve. Sobretudo o Presidente, enquanto as mulheres falam, porque ele deve ser um machista. Ele não olha para nós. Então, *look at me, please*.

Então assim, Rubinho, nesses dias eu estava almoçando aqui nesta Casa você passou, destratou uma garçonete. Você realmente é uma pessoa, você é misógino. Mas tudo bem. Vamos lá.

Nós queremos que este Plano seja revisto no próximo semestre. Neste semestre não dá, nós precisamos participar. Nós geramos o dinheiro. Se você está sentado nesta cadeira é porque eu pago 33 mil reais de IPTU, ao mês, que é quase o salário de um Vereador. Então nós precisamos ser ouvidas.

Eu trabalho com mulheres em situação de violência doméstica. Tem mulher que

acorda três horas da manhã para chegar aqui às 9h. É um absurdo isso e vocês querem aumentar essa exclusão de quem trabalha.

Nós, dos movimentos sociais, que estamos aqui em peso, movimento de moradia, este Plano não pode ser aprovado. Os Vereadores que votaram a favor do Plano nunca mais vão pisar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Anabela, por gentileza.

A SRA. ANABELA ANDRADE – Os evangélicos estão contra vocês. Entendeu, Sr. Rubinho. Pare de usar o celular, a gente não te paga para usar celular. Entendeu, lindo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado pela contribuição, Sra. Anabela.

André Yanis, será o cidadão paulistano subsequente.

A Sra. Veronica Bilu, do Pró-Pinheiros, tem a palavra.

A SRA. VERONICA BILYK – Verônica Bilyk.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço desculpas, mas o nome que consta no papel está como Verônica Bilu. Eu simplesmente faço a leitura do que está aqui. Se eventualmente vem escrito errado, eu peço desculpas, mas efetivamente, eu até peço à Silvia que está ao meu lado. Está: BKU, ao que parece.

A SRA. VERONICA BILYK – É B-I-L-Y-K. Bilyk é difícil mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Aqui não está constando. É por isso.

A SRA. VERONICA BILYK – Está bom.

- Manifestação do público.

A SRA. VERONICA BILYK – Boa noite então a todos, a todas e a todes, como deve ser.

Aqui estamos e precisávamos chegar neste ponto? Eu queria dizer também que sou do Pró-Pinheiros, sou conselheira participativa municipal também.

Apenas para lembrar que estamos aqui para discutir um plano de cidade que, na sua essência, organiza as vidas e as habitações da cidade e, no entorno delas, a necessidade

de mobilidade e infraestrutura como consequência.

Não estamos aqui para discutir o plano econômico-financeiro, isso tem outro lugar e outro momento. Viemos aqui em audiências mil que, na realidade, o que adianta quantidade se a qualidade não é interessante, se não temos técnicas de extrair informações, se não temos pessoas formadas para fazer uma boa dinâmica de grupo, que todos nós conhecemos como fazer.

Mas, viemos aqui tantas vezes, colocamos objetivamente nos pleitos sempre embasados nas vivências reais dos moradores.

De maneira assertiva o PDE 2014, em seu artigo 5º, aponta os princípios que regem a política de desenvolvimento urbano e o próprio plano, destacando-se a equidade e a inclusão social e territorial, o direito à cidade, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

No caso do Pró-Pinheiros geramos um documento, estudos aprofundados das alterações possíveis para tornar o nosso desenvolvimento mais gentil e mais realista. Temos a consciência da ausência de construção de interesse social na nossa região e repudiamos.

Em Pinheiros, nos tornamos um dos metros quadrados mais caros de São Paulo, ocorre flagrantemente o processo de gentrificação de morador e o comerciante original sendo expulsos pela dificuldade financeira. (Palmas)

Quanto ao Fundurb, do que se tratam essas alterações? De que tipo de mentes brotam uma ofensa moral desse naipe? Ao desvirtuar a natureza social para o qual foi justamente criado? Se não me engano, um fundo criado pelo trabalho de Jorge Wilhelm que, de onde estiver, deve estar em desespero. Que São Paulo queremos no futuro? Uma cidade democrática, feita através da opinião e participação daqueles que nela habitam.

Ponham a mão nas suas consciências e pensem se, de fato, vocês têm qualquer compromisso com as nossas vidas. As suas e as das próximas gerações.

Estamos imersos em questões ligadas ao final da vida no planeta. Quando tínhamos de estar falando de questões sustentáveis, de melhoria de qualidade de vida, de como poderíamos tornar São Paulo em uma cidade modelo, no entanto, estamos aqui para impedir

uma onda de caos e insalubridade.

Este plano não é nosso. Este plano não tem nada de evolução e desenvolvimento.

Vamos virar esse jogo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Veronica.

Sra. Luciana Frazão, da Ampar, será a subsequente.

O Sr. André Yanis, cidadão paulistano, tem a palavra. (Pausa) Não está presente?

Será subsequente a Sra. Isaura Maria Ribeiro, do Cades Pinheiros.

Sra. Luciana Frazão, tem a palavra.

A SRA. LUCIANA FRAZÃO – Gente, eu estou aqui, enfrentando muita timidez, para falar com Vereadores e Vereadoras. Queremos saber como é que vocês chegaram aqui. Vocês representam uma base. A base de vocês é o povo. Cada um de vocês veio de regiões de São Paulo. Essas regiões de São Paulo os elegeram para defender os interesses de uma cidade, para defender os interesses de uma sociedade que quer viver bem aqui.

Na verdade, vocês estão representando outros interesses e está na cara isso, gente, porque sabemos das dinâmicas que existem na Câmara. Eu não quero ver uma cidade assim. Eu ando pela região de Pinheiros, por exemplo. A Rebouças foi completamente verticalizada. Certo? Vemos o quê? Tudo apagado. Quem está por trás disso? São os fundos imobiliários. É gente aplicando dinheiro, mas população, moradia, resolver os problemas de verticalização e trazer a população para morar lá? Não existe isso. Existe o quê? Aplicação financeira.

Então, eu quero ser muito objetiva. Onde está a população pobre? Outro dia, eu escutei algo em uma audiência, porque eu as acompanho. Ou a população pobre está na Praça da Sé, ou está nos cortiços, ou foi embora para a periferia. Nós vimos uma cidade se verticalizar na pandemia, aproveitando a fragilidade da sociedade, e a população toda indo se refugiar em cortiços ou na Praça da Sé. O que foi que vimos? Vimos uma sociedade que não é mais representada.

Ou seja, concluímos o quê? Que os Vereadores vieram para destruir-nos, para destruir a cidade, para acabar com a nossa memória. Não precisamos de sol, de verde. Se vocês

virem o que está acontecendo em algumas cidades que se verticalizaram, eles não veem mais sol. Até há catástrofes naturais, que prejudicam os topos das torres. Só das torres vão se ver as paisagens.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Agradeço.

Sr. Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga, será o subsequente.

A Sra. Isaura Maria Ribeiro, do Cades Pinheiros, tem a palavra.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Perdão pela confusão: esqueci de riscar o nome da Sra. Isaura. Peço desculpas. O Sr. Arlindo Amaro tem a palavra. O subsequente será o Sr. Pablo Esteban Telezon, da sociedade civil.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa noite.

Meu nome é Arlindo Amaro. Sou do Ipiranga e da cidade de São Paulo. O que se vem falando aqui já está tão repetido, não é? Agora, o que é preciso fazer, gente, são os planos de bairro. A cidade começa lá, no projeto. A necessidade das pessoas está no plano de bairro. Está nas 32 Subprefeituras.

Eu venho aqui e repito sempre isto: que o Plano Diretor de 2002 começou do bairro para a cidade. Em 2006, começou do bairro para a cidade. Andamos por toda a cidade de São Paulo e vemos a cidade pior, depois que começou o Plano Diretor, com o próprio Estatuto da Cidade.

Agora, fazer cumprir a lei me parece ser muito difícil, não é? A Constituição Federal, nos artigos 5º e 182, falou sobre a regulamentação e o desenvolvimento urbano da cidade. O que é uma cidade? Para que serve a cidade? A cidade é para as pessoas morarem e terem qualidade de vida, com emprego, educação, saúde e saneamento. Está na Constituição. Por que é que não se faz cumprir? Está faltando alguma coisa?

As pessoas que estão aqui, infelizmente, são a minoria de quem mora na cidade de São Paulo. São Paulo tem 12 milhões e meio de pessoas. Nós temos, aqui, apenas, mais ou

menos, umas 300 pessoas.

Revisão é corrigir algum erro do Plano Diretor, mas não alterar o Plano Diretor, da forma com que estão fazendo. Os eixos estruturais da metrópole estão sendo o quê? Revisam os eixos e o zoneamento, para fazer as ZEIS um pouco mais para lá, para deixar a sociedade mais humilde longe do emprego, das escolas, da educação, da saúde e da moradia. Conheço muitos que moram afastados da cidade, que são obrigados a mentir onde moram. Senão, não conseguem emprego. Muitos desses não têm endereço.

O Plano Diretor está aí, falando a mesma coisa. A Constituição Federal, de lá para cá, jogou o Brasil inteiro para baixo. O Brasil é composto dos estados e de cidades. A cidade tem a composição das 32 Subprefeituras, que são o puxadinho de gabinete de certos Vereadores daqui. Enquanto a Subprefeitura não estiver trabalhando, nós não vamos resolver o problema da cidade.

Eu estou com 70 anos. Quem tem a minha idade conheceu São Paulo, com Praça da Sé e Praça da República. Hoje, está uma lástima. Por quê? Os representantes do povo não estão fazendo a sua função de representar e fiscalizar o Prefeito.

Então, pedimos que o Plano Diretor seja iniciado no bairro. Planos de bairro, menos discurso e mais ação: juntos, podemos fazer acontecer. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Arlindo.

Sra. Beatriz Enge, do Fórum Verde Permanente Mata Esmeralda, será a subsequente.

O Sr. Pablo Esteban Telezon tem a palavra. (Pausa) Está presente? Está ausente. A Sra. Beatriz Enge está presente? (Pausa) Está ausente.

Sra. Clareana Cunha, da Minha Sampa, está presente? A senhora tem a palavra.

O Sr. Guilherme Montenegro, do Nossas, será o subsequente.

A SRA. CLAREANA CUNHA – Boa noite para todo mundo que ainda está aqui, tentando resistir a essa revisão do Plano Diretor, que, na verdade, não é uma revisão. Ela é algo que destrói toda a discussão.

Meu nome é Clareana. Eu sou da Minha Sampa. Fiscalizamos o Legislativo e mobilizamos as pessoas em torno das pautas da cidade. Fiscalizando e mobilizando as pessoas em torno das pautas da cidade, acompanhamos muito este plenário, esta Câmara.

Uma coisa que chamou muito a nossa atenção – pelo menos, a minha, quando vejo – é como as coisas são discutidas dentro desta Casa. No começo do mês passado, havia uma lei passando em paralelo, que era a lei do Fundurb. Eu me lembro até hoje da primeira votação dessa lei na CCJ. O único Vereador que falou alguma coisa na CCJ foi o Vereador Professor Toninho Vespoli e, quando falou, os Vereadores que estavam na CCJ simplesmente não quiseram nem discutir, porque é isso o que alguns Vereadores fazem dentro desta Casa. Eles não querem discutir as pautas do povo. Eles não querem discutir o que é, de fato, necessário.

Aí, viemos. A lei era tão ruim, estava tão malfeita, que aconteceu o quê? Houve uma liminar e foi derrubada. Porém, para a surpresa de todo mundo, colocaram o Fundurb dentro do Plano Diretor, acabando com o Fundurb, querendo esvaziá-lo e tirar o pagamento da outorga onerosa, que é um palavrão, para pagamento em construtora, para as construtoras pagarem por obra.

Eu me lembro de que, também nesta Casa, quando passou em primeira votação a lei do Fundurb, vocês disseram: “Vamos construir moradia para a periferia. Vamos recapear a periferia.” Se você for procurar no *site* da Prefeitura, todo mundo tem acesso ao fato de que a Operação Tapa-Buraco não atinge a periferia. Ela só tapa buraco de onde? Dos bairros mais ricos. Isso é uma balela.

Falando de Plano Diretor, não queremos que esse substitutivo do Plano Diretor seja aprovado, porque ele não ouve a população, porque ele não acolheu nenhuma proposta que a população trouxe. Foram 50 audiências. Vocês falam que foram 23 audiências. Quantas audiências foram às 10h da manhã? Anteriormente a isso, na época em que ainda estava no Executivo, eu cheguei a ver uma audiência às 6h da manhã, em uma terça-feira. Qual é o povo que pode participar de uma audiência às 6h da manhã, em uma terça-feira?

Outra coisa: construir? Vocês querem adensar o bairro. Vocês querem colocar

prédios mais altos, mas é para gente rica, porque prédios mais altos, com 10 metros, não são para o povo. Com quatro vagas de garagem? Não vai ser o povo mais pobre, as 52 mil pessoas que moram na rua, dentro da cidade de São Paulo, que vai morar nesses prédios. Quem vai morar nesses prédios é quem tem condição de pagar, sei lá, seis milhões, dentro de um local.

Então, eu quero lembrar só uma última coisa para vocês: SP não está à venda. Parem de querer negociar a cidade. Parem de fazer de São Paulo um balcão de negócios da eleição de outrem, porque já havia até mensagem de Vereador rolando por aí. Não estou falando nenhuma mentira. Isso está no jornal, para todo mundo ver. É para lembrar de novo: SP não está à venda. SP é nossa. É do paulistano. Não é de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Guilherme Montenegro, do Nossas, e a Sra. Laurita Salles, do Pró-Pinheiros, será a subsequente. (Pausa)

O Sr. Guilherme Montenegro não está presente? Não.

O Sr. Tonhão, da Facesp, será o subsequente.

A Sra. Laurita Salles, do Pró-Pinheiros, tem a palavra.

A SRA. LAURITA SALLES – Boa noite, pessoal, que inclui todos, todas e todes, o que as pessoas querem e o que elas são.

Estou aqui em nome do Movimento Pró-Pinheiros. Eu sou CPM de Pinheiros e também participo da Frente São Paulo pela Vida.

Esta é uma noite histórica. Esta noite põe, cabalmente, em evidência a divisão desta cidade. O povo está aqui e alguns Vereadores estão fazendo o jogo de quem não esteve em audiência nenhuma. Então, não falem, de jeito nenhum, em democracia. Eu estive em audiências. Inclusive, quando eu falei isso, tiravam-me o microfone. O povo está dizendo “não”. Mais uma vez: o povo está dizendo “não”. É o povo do Centro. É o povo do Centro Expandido. É o povo da periferia. É o povo da rua. Nós somos esta cidade. As imobiliárias não são o povo desta cidade. Isso não é São Paulo.

Esta é uma hora grave, Vereadores. Vocês sabem muito bem que está na mão de

vocês o que vocês fizerem. Vocês estão decidindo de que lado estão. Ou vocês representam o povo, ou isso é uma mentira. Vocês estão ao lado, provavelmente, da força da grana que destrói coisas belas, porque o que está acontecendo nesta cidade, com essa desgraça que são o PDE e o substitutivo, é simplesmente uma força que destrói coisas belas e não constrói nenhuma, como diz a música.

E o povo, o social? Sabem onde está a habitação social? Na rua. Habitação social é moradia de rua. Estão lá, em Pinheiros. Eu estou vendo. Aquilo está expulsando a classe média. Chega de falar que a classe média está ganhando. Eu estou vendo, todo dia. Sabem o que há do meu lado? Banqueiro. É disso que esta cidade está sendo feita e essa desgraça desse projeto não ouviu o povo.

Eu estive em quase todas as audiências. Nós, do Movimento Pró-Pinheiros, estivemos em vários gabinetes. Falamos, sim, que os eixos são péssimos e não é coisa nenhuma, perfumaria. Isso é mentira e nós falamos para o senhor, Vereador. Vocês estão em um momento grave da vida de vocês. Não é só nosso. É desta cidade e de vocês, porque nós estamos vendo – e o povo não é idiota – e vocês serão cobrados pelo que fizerem.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Laurita.

A subsequente será a Sra. Rose Almeida, do Movimento Saracura Vai-Vai.

O Sr. Tonhão, da Facesp, tem a palavra. (Pausa) Sr. Tonhão? Está ausente.

O Sr. Roberto Ribeiro, da Liga do Professorado Católico, será o subsequente.

A Sra. Rose Almeida, do Movimento Saracura Vai-Vai, tem a palavra.

A SRA. ROSE ALMEIDA – Boa noite a todos, a todas e a todes.

Eu, como outras e outros fizeram aqui, vou exigir a atenção da Mesa. Eu vou exigir a atenção da Mesa. É inadmissível que não tenhamos atenção. São 10 horas da noite e não é por um acaso que estamos todos aqui, ainda. Somos muito sérios. Somos muito de verdade, porque essa discussão do Plano Diretor tem a ver com as nossas vidas. Eu faço questão de estar aqui novamente, porque a companheira do Movimento Saracura Vai-Vai fez uma fala importante...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço por gentileza que ligue o cronômetro.

Desculpa interrompê-la. A senhor tem de novo a fala.

A SRA. ROSE ALMEIDA – A companheira do Saracura Vai-Vai fez uma fala muito importante nesse plenário hoje, trazendo, mais uma vez, a característica racista, racista desse Plano Diretor, porque ignora necessidades essenciais de desigualdades que estão postas há muito tempo nesta cidade. Se é a revisão de um plano, ele deve levar em consideração isso.

Os senhores e as senhoras sabem qual é a cidade que tem o maior número de pessoas negras deste país? Sim, é São Paulo. São pelo menos quatro milhões de pessoas negras, autodeclaradas negras e pardas. Esta Câmara tem uma responsabilidade muito séria com relação ao antirracismo, porque temos visto há vários anos graves acidentes, graves ocorrências de racismo.

Então, Sras. e Srs. Vereadores, é essencial que a comunidade negra desta cidade seja considerada. E esta comunidade não será considerada com os senhores fazendo conluio com as grandes construtoras. Estamos aqui brincando? Eu não posso ouvir desta Mesa, que se não tiver silêncio aqui, a audiência para e isso não vai acarretar mudança no dia da votação. Essa audiência tem que acarretar alguma coisa, porque senão não precisava acontecer. A gente está brincando? Aqui tem que ter uma seriedade mínima de todos os vereadores escutando o que está sendo dito. O que foi dito por especialistas, pessoas renomadas, pessoas que estão há 30, 40 anos, discutindo planejamento urbano nesta cidade, que têm muito a falar, muito a contribuir. Tem pessoas aqui nesse plenário – que esvaziou, infelizmente - que estão no seu cotidiano construindo essa cidade e entendendo suas necessidades e desejos. Não podemos chegar aqui e ouvir: “Ah, eu não vou de jeito nenhum suspender a votação lá na frente”. Como assim? Estamos brincando? É de mentira essa audiência? A nossa opinião não importa? Vocês não vão levar em consideração?

O Movimento Saracura Vai -Vai participou de uma das audiências que teve o maior número de participantes, foi nesta Casa. Uma audiência do Plano Diretor que fez propostas, encaminhou, enquanto emendas, e nenhuma foi considerada. Nenhuma! Então a pergunta é:

isso aqui é uma farsa?

Outro ponto que eu quero trazer e para mim é de muita importância...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Conclua Sra. Rose, por favor,

A SRA. ROSE ALMEIDA – Eu vou concluir. Eu quero perguntar a esta Casa. Essa semana estourou um fato gravíssimo de um Vereador dizendo, cobrando pela sua posição na votação. Se vocês são realmente sérios, vocês têm obrigação de parar esse processo agora e levantar esta questão. Porque se vocês continuarem isso... Não é mentira, está nos maiores jornais...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Rose, conclua, por gentileza.

A SRA. ROSE ALMEIDA – Estou concluindo. Não vou concluir sem fazer essa pergunta ao senhor. Qual é a providência e como esse Plano Diretor continuará sendo votado, sendo que um Vereador deixou escapar que ele quer a propina, ele quer o seu dinheiro para eleger o Prefeito? Isso, em qualquer lugar mais sério, para o processo...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Rose, por gentileza

A SRA. ROSE ALMEIDA – Então, Sr. Rubinho, a Rosemeire de Almeida está encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – E 33% do tempo, a senhora diz que está encerrando e não encerrou. Peça que conclua.

A SRA. ROSE ALMEIDA – Ótimo. Boa noite, com responsabilidade. Corregedor, com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado Sra. Rose.

Sr. Roberto Ribeiro, da Liga do Professorado Católico.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Boa noite.

Sou Roberto Ribeiro e quero reforçar as palavras do Quilombo Saracura. Moro na Bela Vista, sou do Bixiga. Eu conheço essa cidade, já fiz parte desta Casa no passado, na equipe do Vereador Netinho de Paula, que lutou muito por essas questões.

O Vereador, que foi presidente desta Casa, hoje Deputado Estadual, Antonio Donato,

criou o projeto chamado Bairro a Bairro. Esse projeto girou em 32 subprefeituras de São Paulo para ouvir o povo de São Paulo. Eu passei por todos esses bairros ouvindo a população. Portanto, eu sei do que estou falando, eu sei o que o povo está precisando, sei do que o povo está reclamando. Se o povo veio até esta Casa, é porque alguma coisa está errada. E esse projeto, do jeito que está, não pode ser votado. Será uma facada nas costas da população paulista. Essa cidade é uma das mais ricas do planeta. É a quarta cidade maior do mundo.

Eu cheguei nessa cidade - não nasci aqui, nasci em São Luís no Maranhão - em 1978. Fui morar na Barata Ribeiro, esquina com a Peixoto Gomide, e estou em São Paulo até hoje. Senhoras e senhores, os problemas de São Paulo se alastraram. As chuvas estão chegando. Vamos ter o mesmo problema de Francisco Morato? São Sebastião já está alagando. Ah, é município! Passa pela mesma questão que estamos debatendo nessa noite.

Serei breve. Muitas pessoas falaram, esmiuçaram essa questão. Eu acho que esse projeto tem que ter mais tempo para ser debatido e do jeito que está, para ser aprovado nas coxas, não pode! Temos vários problemas na cidade como: mobilidade urbana, habitação, que é o mais grave. Todas as lideranças que passaram por aqui enfatizaram bastante essa questão.

Desde quando eu cheguei nessa cidade se fala em revitalizar o Centro de São Paulo, devolver os prédios abandonados revitalizados à população. Ah, tem terrenos para se construir, resolver o déficit habitacional, mas isso passa por legislação, tem burocracia, tem uma série de ideias voando por aí e nunca se resolve a questão da habitação. A pandemia escancarou e mostrou que nós não temos um plano “b”.

Digo aos senhores, vim reforçar a fala do povo e da população: do jeito que está esse projeto para ser votado é uma heresia. É uma esculhambação. Hoje quatro linhas de metrô tiveram problemas. Onde está o principal produto de São Paulo, que é o povo trabalhador? Está perdendo tempo nas estações. São Paulo está perdendo dinheiro. Os que vão sair daqui agora tem que levantar 4 horas da manhã para trabalhar e, possivelmente, amanhã pela manhã, teremos problemas na linha Rubi, no Metrô. E não se resolve.

Pelo amor de Deus, coloquem a mão na consciência e vejam o que os senhores irão

fazer pelo povo de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado Sr. Roberto.

Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva, FAU/USP-AAB.

A SRA JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – Boa noite à Mesa. Boa noite a todos.

Gostaria de saber da presença do Relator, Vereador Rodrigo Goulart. Acho que a Comissão de Política Urbana tem uma responsabilidade muito grande do que está acontecendo aqui, Sr. Presidente.

Hoje, estamos vendo o conflito da cidade. Isso faz parte da cidade, ter divergências, convergências e como o povo está incomodado com as coisas. Mostrar, mexer com a política urbana é mexer com esse conflito. Mexer com a política urbana é saber que a gente tem que pactuar em relação aos conflitos.

Eu diria, Sr. Rodrigo, que estamos perdendo uma grande oportunidade. Eu sou do Instituto de Arquitetos do Brasil, fizemos um fórum para debater propostas. Trouxemos inúmeras questões para serem encaminhadas e agora sabe o que estamos fazendo? Estamos gastando enorme tempo para analisar os bodes que foram colocados na sala por esse substitutivo. Bodes, não! Rebanho que foi colocado. Por quê? Todos os especialistas estão precisando ter contra-argumentos, ao invés de estar construindo uma coisa junto com senhor. Técnicos, movimentos, coletivos, moradores. São inúmeras as pessoas que estão mostrando a gravidade que esse substitutivo traz. Não conseguimos nem ter a clareza de conseguir trazer os pontos que a gente sabe. A gente tem clareza do que queremos, mas não conseguimos ter espaço para isso por várias formas, seja pela imprensa, seja por cartas, seja pessoalmente corpo a corpo.

Estamos mostrando que isso é muito grave. É grave. Precisamos de tempo para discutir o que esse substitutivo trouxe, a gente precisa de formatar outros. Não é possível que a Mesa - onde está o Sr. Rubinho Nunes? - responsável pela coordenação de só ouvirmos...

- Assume a presidência o Sr. Sansão Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Precisou ir à toailete.

A SRA JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA - Só ouvirem, e vocês não terem respostas, encaminhamentos, formas didáticas de explicar o que está acontecendo, isso é errado. A nossa Constituição e o Estatuto da Cidade colocam que a política urbana tem que ser discutida de forma participativa, transparente e com instrumentos necessários. Não estamos fazendo isso. Estou vindo em números audiências para falar pontos técnicos que eu conseguiria discutir uma tarde inteira sobre, só que a gente não consegue, porque estamos discutindo todo o rebanho na sala. E esse rebanho veio de onde?

Discutir política urbana é discutir pacto, conflito. Não é problema discutirmos opiniões diferentes, mas as pessoas têm que estar aqui. Os interesses que estão colocados por esse substitutivo têm que estar aqui e aí vamos fazer política do jeito que tem que ser feito, e não chegando a um substitutivo sendo incorporado, mais de não sei quantas propostas, que não sabemos de onde vieram...

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Sra. Joyce, por favor, concluindo.

A SRA JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – Estamos colocando o pedido de estudos técnicos que demonstrem, pedidos de onde vieram as propostas que estão embasados nesse substitutivo, porque é absurdo; formas de debater com a população que esclareçam; e um retorno de todos que falaram. Não leve para si, Rodrigo. Isso é muito sério. O conflito existe, não leve para si, isso. Temos que debater com todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obrigado, Sra. Joyce.

Sr. Rafael Barbosa.

O SR. RAFAEL BARBOSA – Boa noite a todos.

Antes de iniciar, eu quero agradecer à Joyce pela movimentação que ela fez lá fora. Sou da Avive - Associação Vila Que Te Quero Verde. Nós viemos com cerca de 15 pessoas, porque não na última audiência - a última nós não estivemos - na última que estivemos, o

Vereador Arselino Tatto disse que nós deveríamos movimentar. Disse até para a Vereadora Silvia.

Vereador Arselino Tatto, quero dizer para o senhor que o povo ficou lá fora. Eu estava lá fora com mais de 100 pessoas. Eu não vi nenhum assessor lá fazendo o que a Joyce fez. Eu estou aqui, porque ela conseguiu me colocar aqui dentro. Então queria, mais uma vez, agradecer e dizer ao Sr. Arselino Tatto que nós fizemos a nossa parte, mas a sua Casa nem abriu as portas para o povo. (Palmas)

Nós somos da Avive, Associação Vila que Te Quero Verde, da região Sul, da Vila São Silvestre, São Francisco e Parque dos Príncipes, Subprefeitura de Butantã. Ontem assisti uma entrevista do Sr. Prefeito Ricardo Nunes. Ele dizia na entrevista que tinha conseguido o aumento da cobertura vegetal de 48,14% para 54,14%. Disse também que o meio ambiente sendo prejudicado afeta todos. Disse também que devemos impedir a pressão sobre as áreas de proteção.

Tudo isso que o Prefeito Ricardo Nunes disse vai de encontro com aquilo que estamos pedindo em todas as audiências. Estamos pedindo ações para proteger e preservar uma área remanescente de bioma da Mata Atlântica, com mais de 40 hectares. Já existe um relatório da Secretaria do Verde, SVMA13/2019, e os técnicos já detectaram falhas nos procedimentos de remoção, supressão e transplantes de árvores consideradas patrimônio ambiental pelo Decreto Estadual 30.443/89.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais da Mesa, nós vamos reiterar o nosso pedido. Nós pedimos, por favor, que se altere o Mapa 5, identificando as áreas de vegetação imunes ao corte, conforme Decreto 30.443/89 e Decreto 39.743/94. Pedimos que se façam revisões no Plano Diretor com um tipo de zoneamento que respeite essa Zona Especial de Proteção Ambiental. É esse o nosso pedido. Desculpe por me alongar.

Parabéns a todos que estão aqui até agora.

Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Rafael.

Sra. Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira. (Pausa) Ausente.

Sr. Fábio Lúcio Sanches, Fórum Verde Permanente.

O SR. FÁBIO LÚCIO SANCHES – Boa noite, pessoal.

Gostaria de convidá-los a uma reflexão. Vereador Rubinho, Vereador Rodrigo, motivado por uma reportagem que eu vi hoje no *SPTV 2ª Edição*, vi o Vereador Rodrigo Goulart, que me pareceu estranho, talvez tenso, porque ele estava falando uma coisa estranha. Ele estava dizendo que esse processo é um processo democrático. Eu convido os senhores a uma reflexão. Somos todos adultos, como é possível que a gente considere um processo como democrático, um processo no qual no final, depois de dois anos discutindo - nós estamos no Fórum Verde há dois anos discutindo o Plano Diretor - no final, na saideira, chega-se e se apresenta um substitutivo mudando tudo. Duplica os eixos, cria-se praças particulares que, na verdade, vão ser centros comerciais ajardinados, que vão dar muita vantagem para quem comprar esse terreno e montar essa pracinha. Mudou tudo.

E aí o Sr. Rodrigo vai na TV Globo e fala daquele jeito estranho que me pareceu hoje que é um processo democrático? Como é possível? Como é possível que nós tenhamos entrado nessa barafunda? Nós estamos em São Paulo, a maior cidade da América Latina, discutindo a sério, levando a sério um substitutivo, que entra na última semana para ser votado uma semana depois, e dizendo que isso é um processo democrático na cara das pessoas que estão aqui? Não se pode dizer isso, sejamos razoáveis. O que nós estamos fazendo com a nossa cidade, o que nós estamos fazendo, o que vocês estão fazendo com a carreira política de vocês?

O Sr. Rubinho Nunes é jovem, o senhor está no primeiro mandato. O Sr. Rodrigo está no segundo mandato. Os senhores são jovens, o senhor tem muito tempo ainda para conviver com a história, com o fato de estar capitaneando um Plano Diretor ridiculamente impopular. Considere isso, não podemos fazer de São Paulo uma cidade entregue a interesses

como esses que estão acontecendo.

Veja, eu trouxe aqui uma carta do Carta Aberta no Fórum Verde Permanente. Eu gostaria de ler algumas coisas aqui do processo, quando veio do Executivo. Veio, por exemplo, falando do Fundo Municipal de Parques.

O Fundo Municipal de Parques, do processo que veio do Sr. Ricardo Nunes, retira do Conselho do Fundo Municipal de Parques o poder de fiscalizar o Fundo. Na proposta que veio simplesmente se cancelou a fiscalização. Isso não é democrático, não se pode falar seriamente que isso é democrático.

Então, eu peço aos senhores que considerem. Porque eu falo isso e, concluindo, eu ia falar alguma das coisas que eu já falei aqui em outras audiências nessa sala e a gente se sente convocado a participar de uma encenação, porque eu vou repetir num dos meus três minutos, concluindo, a coisa que eu já falei antes e não teve devolutiva nenhuma e não apareceu em nenhum lugar. E, no lugar disso, apareceu uma semana antes, um projeto que o Vereador Rodrigo Goulart disse que é democrático. Não é democrático, é Rodrigático no máximo.

Então, não é possível, por favor, levem a sério o trabalho de vocês. Sejamos São Paulo. São Paulo merece consideração.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Fábio.

Sra. Ivonete Araújo, da MMLJ, tem a palavra.

A SRA. IVONETE ARAÚJO – Boa noite a todas, todos e todes.

Eu, como militante, coordenadora do Movimento de Moradia por Justiça, também estou aqui com os outros movimentos para repudiar esse Plano Diretor da forma que ele está. O direito à moradia é a porta de entrada para outros direitos. Então, não existe, como o engravatado que estava ali, o engomadinho que estava ali falando na evolução da cidade, sem participação popular. Quando se pensa em uma cidade sem Habitação de Interesse Social e sem o sem-teto acaba nos empurrando para mais ocupações, violando os nossos direitos por um estado de necessidade, acaba nos obrigando a fazer ocupações e empurrando também vários moradores em situação de rua, na rua. Não é possível pensar em garagem para quatro carros e não pensar

na vida, não pensar no filho, não pensar naquela mãe solo, que muitas vezes sai e deixa seu filho para trabalhar e volta e seu filho está dormindo, ela não curtiu com o filho. Não se pensa naquele impacto que é necessário e é possível e dá para se fazer.

O que eu estou percebendo é que tudo que foi falado aqui, que eu não vou repetir, parece que entra por um ouvido e sai pelo outro, mas se esses Vereadores que votaram “sim”, a favor da destruição da cidade, que pegaram a cidade e venderam a cidade, não reverem o seu voto, a gente vai continuar fazendo a luta. E, no dia 20, nós também estaremos aqui. Estaremos aqui com os outros companheiros para dizer que nós somos contra essa revisão. Não dá para se pensar num Plano Diretor sem a participação do povo, gente. Os Vereadores estão aí não para pensar no seu bolso, tem que pensar nas famílias e naqueles que votaram em vocês. Vocês foram lá pedir o voto, pensam em voltar lá para pedir o voto. Então, faça jus ao voto que foi dado para vocês.

Eu não vou me alongar, porque eu me sinto contemplada com outros companheiros que estão aqui e que me antecederam. Mas, deixo claro, deixo registrado, que nós, como movimento de moradia, não concordamos com tudo isso que está acontecendo. Enquanto esse plano estiver e continuar, a luta também continua, porque sem-teto não tem medo de lutar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Ivonete.

Sra. Maria Helena Miranda, do Movimento de Saúde, tem a palavra.

A SRA. MARIA HELENA MIRANDA – Boa noite a todos.

Eu vou começar me dirigindo aos Vereadores, ao Vereador, e peço que ele se reporte aos demais Vereadores do PT, partido ao qual essa pessoa humilde, simples, passou a juventude ajudando a construir. Eu não gostaria que vocês me envergonhassem com essa votação de vocês. Então, eu peço encarecidamente que vocês revejam a posição de vocês e vocês têm elementos para isso.

Eu estava na GV, quando a Luiza Erundina estava fazendo a discussão do Plano Diretor da cidade de São Paulo. Ela era Prefeita do PT, acho que foi um dos primeiros Planos

Diretores e estava sendo muito elogiado pelos professores da GV, na época. E o último Plano Diretor também foi feito por um Prefeito do PT. Então, quer dizer, vocês têm muitos elementos para poder rever a posição de vocês. Vocês têm muita gente boa: o Nabil Bonduki é do PT, a Raquel Rolnik também é, e essa gente tem uma grande discussão na área de urbanismo. Vocês não têm o direito de errar, vocês não têm o direito de errar. Por favor, não façam isso. Nós, da militância, não merecemos que vocês façam isso com a gente.

Eu vou chamar atenção para outra coisa. Eu concordo com tudo o que foi colocado aqui, todas as lutas justas dos moradores, ou melhor, dos movimentos de luta por moradia, tudo, tudo, eu concordo. Mas, se pelo menos esse Plano Diretor fosse um Plano Diretor inteligente; se pelo menos ele fosse realmente um plano que atendesse um planejamento urbano, eu ainda poderia concordar com vocês. Mas nem isso ele faz. Vocês estão destruindo.

Uma pessoa que me antecedeu falou sobre o sol, o direito de a gente ter o sol. Com esse plano, a gente perde o direito à paisagem, porque a gente não consegue ver a paisagem urbana de São Paulo; a gente não consegue ver o sol de São Paulo; a gente não consegue ver a lua de São Paulo.

As minhas irmãs estão na periferia e elas ainda falam para mim: “olha, veja como a lua está bonita”. Mas, eu não consigo ver, eu estou no primeiro andar de um prédio. Então, gente, a cidade está sendo destruída, a paisagem urbana está sendo destruída, porque nem isso vocês conseguem fazer.

Se fosse um plano decente, um plano que pelo menos tivesse uma visão estética da cidade, a gente ainda falaria “não, pelo menos eles estão vendo isso”, mas nem isso vocês conseguem. É um plano burro, vocês não foram capazes nem de avaliar o que vocês estavam permitindo, construção de prédios, torres altas no lugar onde tem um observatório climático. Isso é burrice, vocês não podem fazer uma coisa dessas. É triste saber que os nossos representantes são capazes de tamanha burrice.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Maria Helena.

Tem a palavra a Sra. Mara Souza

A SRA. MARA SOUZA – Pensei que ia tomar a vez de alguém. Boa noite a todos, mais uma vez aqui nesse Plenário.

Quero dizer que eu estou muito feliz de estar encerrando esse ciclo dessa discussão do Plano Diretor. Todos aqui, tenho certeza, que são da Comissão de Política Urbana, sabem quem eu sou, sempre tratei todos com muito respeito, porque aqui não é uma discussão partidária. Eu já falei isso em outras audiências, aqui não é uma discussão partidária, não é direita e esquerda, todos aqui somos munícipes da cidade de São Paulo e todo mundo que está aqui, eu e vocês, queremos uma São Paulo melhor.

Eu já disse várias vezes que da forma que está, em vários pontos que já foi falado aqui, eu não vou repetir, porque o horário está avançando, minha colega está preocupada se vai ter ou não vai ter metrô para voltar para casa, então, Rubinho, segunda-feira, terça e quarta vou estar aqui de novo nas devolutivas e é aí que eu quero ver a consciência de cada um de vocês e a sua, principalmente, e a do Rodrigo, porque você é o Presidente, Rubinho, e o Rodrigo é o relator. E aí eu quero ver se pelo menos metade dos pontos que eu já pus aqui vai estar dentro desse novo substitutivo, desse novo documento.

Vocês já sabem todos os pontos que eu coloquei, principalmente o de dizer não ao Fundurb. Ali é um ponto que a gente não tem discussão, não tem o que pensar. O Fundurb não pode morrer, nós dependemos do Fundurb. Eu tenho um lar, mas eu luto por muitas pessoas que não têm um lar. Quando você começa a defender uma causa, mesmo que você tenha uma moradia, você vê os outros que não tem, isso é muito ruim. Então, eu não falo só por mim.

Vou dizer uma coisa: foi vergonhoso, sim, no dia 31, ver Vereadores da esquerda votando “sim”. Foi vergonhoso. Quatro Vereadores envergonharam muita gente aqui. Foi vergonhoso dizer que iam votar “sim” para abrir o diálogo? Desde quando a gente está discutindo o Plano Diretor, não dialogaram esse o tempo todo? Vai ser no dia da votação que vai querer abrir o diálogo? Isso é conversa para boi dormir, me envergonha sim e olha que eu não sou petista, não sou afiliada ao PT. Mas, tenho simpatia, sim, por muitas pessoas que são do partido, como tenho muita simpatia pela Silvia.

Eu tenho muito respeito e admiração pela Silvia. Com o PIU Jurubatuba e o Plano Diretor você mostrou-se uma mulher muito guerreira. Não vou falar aquela palavra que a gente costuma falar quando a pessoa é f..., mas é isso que você é. Muito obrigada, desde o PIU Jurubatuba foi uma luta muito grande e essa Comissão estava lá.

Sansão, muito obrigada por ter pagado o nosso almoço na segunda-feira. Foi difícil, ficou duas horas suspensa a audiência. Muito obrigada, as companheiras agradecem.

Rodrigo e Rubinho, mais uma vez, segunda-feira vou estar aqui e quero ver se o Fundurb está lá, se o Fundurb está vivo. Quero ver se as construtoras vão trazer benefícios também, quando estiverem construindo suas torres, se vai levar hospital, creche, porque elas vão lá, levam um monte de gente, entopem as ruas com carros, e nada de infraestrutura. Quero ver todos os pontos que já coloquei, porque está gravado, vai estar lá o novo substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado Sra. Mara.

Tem a palavra Sra. Paula Vazarine Lopes. (Pausa) Está ausente.

A Sra. Rosalía, do Coletivo Jurubatuba Mirim, tem a palavra.

A SRA. ROSALÍA – Boa noite.

Eu não tenho muito mais o que falar, todo mundo já falou o que precisava ser dito. A minha dúvida é: vocês vão conseguir analisar tudo que foi dito nessas audiências e fazer um substitutivo que atenda os nossos pedidos, que atenda a população? Vocês têm pessoal técnico para isso? Porque para isso precisa se sentar, não dá para só ficar articulando, precisa se sentar, precisa conversar, olhar, ou vai ficar, vai tirar uma coisinha ou outra, só para a população, achar que a população vai calar a boca? Não vai, porque mais do que uma palavra, mais do que qualquer história que vocês contem, a gente está sentindo na pele o que está acontecendo na cidade e é uma destruição. Porque só os interesses de um mercado financeiro e imobiliário estão sendo atendidos. Por exemplo, o Airbnb, se vocês abrirem lá o LabCidade, vocês vão ver a quantidade de Airbnb que tem na cidade. Airbnb paga, como um hotel, ISS? Não. Dá emprego? Não. Os donos estão aqui, vão pagar imposto de renda aqui? Provavelmente, não. Então, o que estamos fazendo com a cidade? Isso é só uma faceta.

Bom, eu sempre trago um presentinho, eu estava inspirada e agora eu vou pedir licença, eu sou desafinada, mas vamos lá. Alguém faz o tchum, tchum, tchum, porque depois de tudo só um *funk*: “O Secovi é sacanage, ele tá de palhaçada, nós num pode morar em vila, mas em prédio de bacana pode. Esse é o Rubinho Nunes, veio pra nos escutar, enquanto a gente faz proposta, ele fica no celular.” Desculpa aí, agora eu estribilho: “É melhor gentrificar, é melhor gentrificar, porque moradia em eixo vai ser só pra segregar, é melhor monetizar, é melhor monetizar, porque aqui nessa cidade vão vender até o ar. Essa é a vereança que agora vai falar, é melhor verticalizar, é melhor verticalizar, porque a gente não acredita que a cidade vai afundar.” (Palmas). Tchau, gente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Rosalía (Risos).

O senhor perdeu o espaço, desculpa.

Tem a palavra a Sra. Sueli Rocha, do Cades Vila Maria.

A SRA. SUELI ROCHA – Alô, boa noite, eu sou do Conselho do Meio Ambiente Cultura de Paz, de Vila Maria e Vila Guilherme. Eu queria dizer que quase todo dia eu pego o metrô Tucuruvi e fiquei observando como nasceram vários prédios em muito pouco tempo, prédios muito grandes, com muitas moradias, e nenhuma mudança nas ruas. Desde que se construiu o metrô Tucuruvi, ficou insuportável. Quando as pessoas vão trabalhar de manhã, elas descem um ponto antes e vão a pé até o Tucuruvi, de tanto que fica parado. E, isso, já faz muitos anos. Agora, construíram vários outros prédios, inclusive onde o ônibus fica parado, logo quando a gente chega – não me lembro o nome da rua -, à Avenida Tucuruvi, que estão com as garagens terminando de fazer. Além do acúmulo de pessoas e do aumento do trânsito, que já era ruim, também esses prédios, como já falamos antes, são construídos sem recuo. Eu não sei como nós tivemos um retrocesso tão grande. Se já se está construindo assim, o que está se prevendo nesse novo Plano Diretor é a mesma coisa.

Me digam uma coisa: para cada andar que é levantando de um prédio, não deveria haver mais recuo? O que quero dizer é o seguinte: só quem vai ganhar dinheiro, só quem vai ganhar com esse Plano são os donos das construtoras, porque o pouquinho que algum Vereador

ganha ou que alguém ganhe não vai ser nada diante das construtoras. Agora, os donos das construtoras não vão morar em São Paulo, porque São Paulo já estava ruim, está suja, sem ar, sem áreas verdes – e as que tem são muito pequenas. Cada vez mais está se impermeabilizando, inclusive as praças. As praças estão cheias de equipamentos. No meu bairro, cada vez tem mais coisa. Cada vez mais tem cimento nas praças, e agora esse monte de prédios.

Gente, estou impressionada. Ando pela Rebouças, ando pela cidade, fico parada, pensando: o que está acontecendo? Quem vai morar em tudo isso? Que ar vai ter para a gente respirar? Como essas pessoas vão circular nas ruas, gente? Srs. Vereadores, eu peço que seja adiada a votação desse Plano e que ele seja melhor discutido, porque a qualidade de vida nossa e a de vocês também está em jogo. Inclusive a qualidade de vida das pessoas que vão morar nesses prédios também não vai ser garantida mesmo que elas paguem muito, porque o entorno todo vai ficar cada vez mais difícil. E quero lembrar a impermeabilização. Pelo amor de Deus, parem com a impermeabilização do solo. Vamos ser sufocados, vamos morrer. Obrigada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Sueli.

A Sra. Eli Cristian Andrade Paulino De Deus, Movimento Salve o Mirante será a subsequente.

Tem a palavra o Sr. Ivanildo França, munícipe.

O SR. IVANILDO FRANÇA – Boa noite a todos. Boa noite aos presentes. Que o padroeiro do meu bairro, Bom Jesus de Cangaíba, abençoe todos os presentes – quem está trabalhando e quem veio participar da audiência.

Estou um pouco chateado com esse Plano Diretor por causa da minha região Leste. Eu me senti excluído. Eu moro no Cangaíba. Sabem quantas audiências minha região teve, a região da Penha? Uma. Uma. Foi da Comissão de Atividade Econômica, que o nobre Vereador João Jorge levou para a Associação Comercial de lá. Uma. Minha família é de Ermelino Matarazzo. São Miguel, Ermelino, aquela região toda. Não fomos ouvidos, gente.

É uma região periférica. A pandemia, como foi dito, escancarou a vulnerabilidade das pessoas – física, mental, econômica. Sou vítima da pandemia, estou desempregado até agora, mas estamos na luta. Eu luto por aquela população da minha região como líder comunitário. Ano passado, fiz parte da Comissão de Saúde do Conselho Gestor dos Postos de Saúde da minha região. Sou beneficiado. Tenho o privilégio de dizer que a região onde moro – Penha, Cangaíba, Arthur Alvim, Vila Matilde – é a segunda mais arborizada da cidade de São Paulo, só perdendo para o Ibirapuera. Temos o Parque Ecológico próximo. Temos o Parque Linear Tiquatira, onde o Sr. Hélio, guerreiro, plantou árvores na região da Governador Carvalho Pinto. Recentemente, Siurb lançou um caderno das bacias hidrográficas do Tiquatira. Para que isso saia do papel, vou precisar do apoio da Casa.

Na questão do Plano Diretor, eu sou contra se tirar recurso do Fundurb para recapear rua. Já tem verba própria para isso, tem emendas também dos Vereadores, que podem ajudar. Eu mesmo tenho casos na minha região em que eu faço serviço de tapa-buraco concluído, mas na prática não é feito o serviço.

Há algo que eu senti muita falta, nesse Plano Diretor em relação ao anterior, de 2014, de que eu participei lá no CEU Tiquatira: a minha região teve acesso ao diálogo. Falo do povo do Jardim Piratininga, Jardim São Francisco, do povo ali de Jacuí, São Miguel, Ermelino Matarazzo, Jardim Verônica, Jardim Keralux – que está passando por uma intervenção, lá, de regularização, bacana -, do Caixa D'Água também, no Cangaíba, que vai passar por uma regularização fundiária. Além desses, o povo da região da Penha, bairro culturalmente forte. Vocês esqueceram da gente, isso não pode acontecer.

Eu gostaria que esse Plano Diretor fosse revisto e que o Fundurb servisse para a moradia, porque lá temos 31 comunidades. Então, peço humildemente que Deus abençoe a cabeça de vocês para que revejam essa situação. O Fundurb tem que ser usado para habitação, porque minha região vai ser beneficiada.

E, para encerrar, fica o meu repúdio à exclusão da região de Ermelino. Os subprefeitos não foram ouvidos, como o arquiteto falou. Também não vi o Secretário Modonezi

participar. Para encerrar, quero agradecer ao Subprefeito da região da Penha, de Ermelino, de São Miguel, que, com resiliência e eficiência, vêm ajudando a gente lá.

Muito obrigado a todos. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, viu? Agradeço.

Próxima, Sra. Eli Cristian Andrade Paulino de Deus, do Movimento Salve o Mirante.

A SRA. ELI CRISTIAN ANDRADE PAULINO DE DEUS – Boa noite a todos.

Meu nome é Eli Cristian Paulino. Há pouco tempo, eu fiz um curso de inteligência emocional. Então, sou *coach* em inteligência emocional e também sou analista de comportamento. Enquanto estava aqui, fiz análise de alguns Vereadores e percebi que o Rubinho está com um grau de ansiedade muito alto. Também o Rodrigo está muito pensativo, não sei se a sua ansiedade é devida ao que nós estamos vivendo aqui, mas ele colocava a mão no queixo. Então, isso mostra que a pessoa precisa – e não estou dizendo que vocês estão doentes, pelo amor de Deus – se autoconhecer e se cuidar melhor.

Sobre vocês serem vereadores, o que eu penso? Esse curso que fiz foi muito importante, aprendi muito sobre escuta ativa, que significa saber escutar, saber o que a outra pessoa sente e você tomar providências a respeito disso. O que acontece? Aqui hoje tivemos uma adrenalina muito alta, muitas pessoas gritando, algumas falando palavras que não deveriam falar.

Esse Plano Diretor traz uma coisa que é muito triste, porque onde moramos há a Estação Meteorológica, que para nós é muito valiosa. Faz anos que ela está lá. Na pandemia, aquela praça, para as minhas filhas, foi um ponto de refúgio, porque a gente não podia sair para lugar nenhum. Ali tivemos alegria de viver. Então, venho pedir encarecidamente a vocês, que são Vereadores - têm família, devem ter filhos, devem ter pais -: pensem, façam uma reflexão sobre a vida de vocês e pensem nesse “sim” que vocês vão dar. Acredito muito na Lei do Retorno. Hoje vocês estão Vereadores, como um senhor que passou por aqui e também foi Vereador, mas já saiu; mas amanhã não sabemos, porque o mundo dá uma volta de 180 graus na vida da gente. E vocês tenham certeza: a Lei do Retorno vem, e, quando vier, estejam preparados para

ela, porque nós temos um Deus no céu, e esse Deus, com certeza, faz muita diferença. Para aquela pessoa que é honesta e sabe trabalhar, quando acontecer algo, ela vai saber. Mas para aquela pessoa que hoje é Vereador e amanhã terá seus filhos saindo, a gente não sabe. Então, reflitam, pensem de verdade o que vocês querem para vocês hoje e futuramente, daqui a 10 anos.

Temos uma cidade maravilhosa. Então, quero deixar uma reflexão para vocês: o que seria São Paulo próspera para vocês? Era só isso.

Obrigada a todo mundo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

O Sr. Francisco Adrião Neves da Silva inscreveu-se pelo *chat*, mas tenho informação de que ele está presente. (Pausa) O senhor tem a palavra.

O SR. FRANCISCO ADRIÃO NEVES DA SILVA – Boa noite.

Também sou lá do Mirante de Santana, da região. Eu não pensei muito no que vou falar; na verdade, tomei um susto ao ser chamado, achei queria falar mais ao final. Eu me lembrei de que fui às audiências do bairro de Santana, antes dessa votação, porque eu queria discutir os aspectos do eixo que afeta quase toda a região do Jardim São Paulo, onde fica o Mirante de Santana. Lá a gente vive todos esses problemas que foram colocados aqui.

Eu gostaria de discutir este tema, que tentei discutir um pouco naquela audiência: qual é esse adensamento que a cidade tem que ter, qual é o adensamento inteligente. Infelizmente, a questão do Mirante foi colocada para a gente muito recentemente e acabou virando urgência.

Na questão do eixo, ouvindo o Nabil em relação à redução de áreas sensíveis, a gente tem lá também essa questão. Em relação ao patrimônio histórico, lá passava o trem da Cantareira. São áreas verdes ainda preservadas, que deveriam ser valorizadas.

Também ouvi o Ivan Maglio, que lembrou muito bem a questão das enchentes. A verticalização aumenta enchente, disso não há dúvida para quem mora ali na Vila Madalena, em Pinheiros. E é até uma ironia, porque a gente tem a Estação Mirante, que mede as chuvas

extremas, e também ali a gente sofre. A Estação Jardim São Paulo, que fica em um fundo de vale, já fechou quatro ou cinco vezes nesses últimos anos por enchentes. Acho que é a única de São Paulo. Teve algum problema construtivo, obviamente, mas, pelo local onde ela fica, já fechou por algumas horas por ter sido inundada. Então, a gente já sofre esses problemas no bairro também.

Gostaria até de discutir esse assunto com vocês, mas o mais urgente para a gente é mesmo o Mirante. Quero dizer que esse movimento, o Salve o Mirante, não conseguimos fazer nesses 15 dias, quando a gente soube que isso aconteceu. Ele existe não exatamente como um movimento muito organizado, a gente não tem CNPJ, nada disso, mas começou em 2020, 2021, quando houve a tentativa de construção de um prédio ao arrempeio da lei. Houve uma tentativa, a Prefeitura titubeou, digamos assim, inicialmente: aprovava, não aprovava; e, desde então, a gente começou esse movimento nosso para preservar a Estação.

— Não preciso nem dizer que era previsto um prédio de 23 andares com duas unidades por andar. Então, qual é esse adensamento? Quarenta famílias morando ali. O que estamos testemunhando no bairro, na verdade, é um adensamento construtivo, de concreto, não de pessoas. Pelo menos no nosso bairro, não vou discutir os outros eixos, pois cada um tem a sua realidade.

Chamo a atenção para o fato de que a Lei do Mirante não proíbe construir prédios, ela limita a altura. Nesse mesmo terreno onde se tentou construir esse prédio, é possível ter uma diferença de mais ou menos 20 metros do limite da lei. Então, ele consegue construir um prédio de 20 metros de altura, e a gente pode chutar uns 8 andares. Com unidades bem menores, talvez você chegue a um adensamento igual ou maior; um adensamento populacional, que é o que interessa a todo mundo e é o objetivo do eixo.

Concluindo, a lei não inviabiliza, permite esse adensamento, e não há por que se fazer essa revogação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Terminados os inscritos presenciais, passemos aos inscritos pelo *chat*.

Sr. Daniel Todtmann Montandon. (Pausa) Está ausente. Sr. Durval Marino Junior. (Pausa) Está ausente. Sra. Lavínia Moraes de Almeida Nogueira. (Pausa) Está ausente. Sra. Fabiana Domingues Lisboa. (Pausa)

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Boa noite.

Meu nome é Fabiana Domingues Lisboa, sou moradora de Santo Amaro e gostaria de pontuar em relação ao aumento do número de vagas de garagem com dois exemplos do nosso cotidiano da região de Santo Amaro e que se repetem em toda a cidade.

O primeiro é o condomínio de várias torres, com apartamentos de duas ou três vagas de garagem, três ou quatro dormitórios. Os carros ficam estacionados dos dois lados da Avenida Mário Lopes Leão, sendo que o local conta com uma torre comercial onde é possível pagar pelo estacionamento, além de um estacionamento mais barato na própria avenida, o que faz com que não se justifique os moradores estacionarem carros na rua.

Outro exemplo clássico é o da Rua Laguna, na mesma condição: prédio de apartamentos de quatro dormitórios e várias vagas, mas no lado sentido Marginal há estacionamento na via pública, e o lado da ciclovia de calçada larga serve de estacionamento para Porsches e Maseratis de várias mecânicas e lojas de blindados, que usam a ciclovia como estacionamento. Isso tudo, a 200 ou 300 metros do prédio da CET, na própria Rua Laguna. É só olharem imagens de câmeras dos comércios e prédios.

Outro ponto importante a destacar é a proteção das casas de vila e dos cemitérios municipais que são patrimônio histórico e cultural de São Paulo e contam a história das famílias com várias obras de arte e capelas. Precisa constar no Plano Diretor que, mesmo sob concessão, nenhum centímetro desses terrenos poderá ser usado para nenhum tipo de construção, comércio, locação. etc.

Outro ponto que precisa constar da revisão do Plano Diretor é um prazo máximo para o término do túnel da Avenida Cecília Lottenberg. Já que está fixado o prazo para outros, para apresentação de projeto, o dinheiro público é corrido, dia a dia, com estruturas enferrujando, água parada e assaltos. Se o túnel não sair imediatamente, deve-se parar o adensamento,

porque a Prefeitura, em cinco anos, desde 2018, não consegue concluir a obra e está sem previsão.

Outro ponto é a concessão de praças e equipamentos. Vamos citar, como exemplo, o Mercado Municipal de Santo Amaro, que, após o lamentável incêndio, foi construído em outro modelo; e o estacionamento agora é pago a quinze anos. O sacolão que fornecia frutas, verduras e legumes de excelente qualidade a preços baixos agora foi substituído por outro, onde o quilo de tomate custa 12 reais, inacessível para a maioria da população. Precisa ser devolvido para a região de Santo Amaro o sacolão, pois abastecia, a preço justo e com qualidade, muitas famílias e idosos na região.

Precisamos de um Plano Diretor inclusivo e não o modelo que se apresenta, exclusivo para poucos. Precisamos urgente de uma PPP, política para pobre. Vou repetir, PPP, política para pobre. A situação econômica das famílias é difícil. O desemprego e o endividamento dificultam o crédito. O salário mal dá para pagar a alimentação e as contas básicas. Um dia como hoje, várias famílias estão no frio e na chuva sem comida, desalentados e sem emprego, cheio de contas. Por uma cidade mais humana e mais justa para todos.

Concluindo, no prolongamento da Chucri Zaidan e Laguna, não há HIS e não há posto de saúde. Só há prédio de alto padrão, com três vagas de garagem, de um milhão e duzentos a um milhão e meio, e a maior prova disso é o PIU Jurubatuba, abertura de via na Angelo De Lucia, onde há uma fábrica do Baronato atrás, que vai ser prédio e, na Álvares Lobo, há um terreno vazio há 50 anos. Xô, Baronato.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Adriana Adriana Blay Levisky. (Pausa) Ausente. Tem a palavra o Sr. Mauricio Freire. (Pausa) Ausente.

Tem a palavra o Sr. José Luis Barsoti.

O SR. JOSÉ LUIS BARSOTI – Oi, boa noite.

Meu nome é José Luis. Eu sou morador da região de Santo Amaro e, com todo respeito, esse projeto tem que melhorar muito para ficar ruim. O dito popular diz que, em time

que está ganhando, não se mexe. Se a intenção era corrigir a rota do plano, o que está sendo feito aqui é uma mudança radical no seu percurso.

Vale a pena incentivar a construção de apartamentos de luxo perto do metrô? Esse projeto não agrada a população, arquitetos e urbanistas. Não tem garantia até de habitação popular.

Bom, o Vereador Adilson Amadeu disse, na Comissão de Atividade Econômica, que no dia 13 de junho, deu uma pincelada sobre Cepacs e outorga em Pinheiros. Eu acho que o Vereador, como fiscal do povo, deveria verificar isso, porque novas ruas vão passar em cima de casas e não em cima de terrenos vazios. Essa é uma demanda que eu já venho alertando, não só agora no PDE, mas desde o PIU Jurubatuba, e demonstra um pouquinho o que representou hoje a falta de empatia sobre os problemas do munícipe aqui na cidade de São Paulo. Hoje a gente teve uma prova, que está todo mundo descontente com essa Câmara. A gente tem aqui até uns Vereadores petistas também, que votaram também a favor.

Outra coisa, isso aqui vai contra a palavra de ordem, que é a Ciência. Ela foi deixada um pouquinho de lado. Outra coisa que eu também queria falar é a mesma coisa. Eu não concordo com esse recurso da habitação. Ele tem que ser investido na habitação e não em zeladoria, porque o Padre Rogério não concordaria com a reestruturação da igreja se esse dinheiro fosse fruto de desapropriação, despejo e favorecimento dos mais ricos.

E, por último, nós não precisamos da formação em Dubai. Está mais provado de que ninguém quer saber de Dubai. São Paulo, na verdade, não precisa de um rei, mas um baronato ele já tem. O que gente, como munícipe, está querendo, Presidente e relator, é uma cidade mais humana, uma cidade que respeita o meio ambiente e que cuide dos moradores de rua e da cracolândia e outra coisa, principalmente que escute o que o povo fala.

Hoje ficou muito claro que a Câmara de São Paulo é totalmente desprezada com a realidade do povo. Poucos Vereadores, parece que alguns Vereadores não andam na cidade de São Paulo. E quem não anda, na cidade de São Paulo, vai votar a respeito desse projeto. É um projeto totalmente danoso. Prejudica até vocês, Vereadores, prejudica, como eu já falei, na minha

última audiência, a família de vocês, prejudica seus amigos, seus parentes, prejudica todo mundo.

E hoje que ficou muito claro a falta de empatia de vocês, na verdade, o Presidente e o relator, a falta de empatia que eles tiveram com o povo e hoje infelizmente vocês aprenderam, às duras penas, o que é a força do povo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Mauricio Freire, que está no *chat*. (Pausa). Ausente.

Tem a palavra a Sra. Maria Salete Ruza Paulon.

MARIA SALETE RUZA PAULON – Obrigada.

Primeiramente boa noite a todos, aos participantes dessa audiência. Eu sou integrante de um grupo de cidadania que é intitulada Bairro Ecológico Parque dos Príncipes e estou aqui para defender uma causa que eu já defendi em outras audiências, mas que não foram contempladas, tanto pelo Executivo quanto, até o momento, quanto pelo Legislativo. Temos um apoio de 1.060 munícipes nesse grupo e a nossa causa diz respeito à saúde pública e à qualidade ambiental da cidade onde a gente mora. Quando eu falo de qualidade ambiental da cidade onde a gente mora, eu quero agora me referir um pouquinho mais, de forma específica, ao Bairro Parque dos Príncipes. O Bairro Parque dos Príncipes tem especificidades que não estão sendo contempladas nesse Plano Diretor, principalmente no que diz respeito aos itens referentes às macrozonas de proteção ambiental da cidade e às macroáreas de proteção de recursos hídricos, áreas verdes e espaços livres da cidade, especificamente mapas um e cinco, previstos pelo artigo 17 da própria lei 16.050/2014, que é o plano diretriz da cidade, o Plano Diretor.

Então, o que ocorre? O nosso bairro apresenta todas aquelas especificidades, todas as propriedades apresentadas no artigo 17, no item 17 do próprio Plano Diretor, mas ele não consta nos mapas. E isso num bairro intermunicipal, localizado na divisa de São Paulo com Osasco, basicamente no quilômetro 17 da Raposo Tavares. Possuímos milhões de metros quadrados compostos por cinco mananciais hídricos, extensa urbanização, áreas de

preservação permanente e áreas verdes livres, inclusive regidas não só pelas leis de proteção e preservação, mas pelo próprio contrato de restrições registrado em cartório no município de São Paulo, onde todos os moradores são obrigados a plantar árvores e, pelo menos, a ter duas árvores em suas residências.

Então, estamos num bairro específico e mais específico ainda é porque nós cuidamos da nossa ecologia de bairro. Somos nós mesmos que cuidamos com os nossos recursos próprios. Cuidamos dessas áreas de preservação, cuidamos desses mananciais hídricos e não entendemos por que as especificidades do nosso bairro não estão sendo consideradas nos mapas um e cinco, embora esteja previsto pelo artigo 17, item 17.

Bom, muito bem. Esse é um assunto que talvez, na devolutiva, a gente consiga ter uma resposta. É o que nós vamos aguardar.

Agora eu gostaria também de dizer que, quando a gente fala de qualidade ambiental na cidade, a gente está falando de saúde pública e a gente está falando de bem-estar social. O bairro promove o bem-estar social de todo o nosso entorno que utiliza o nosso bairro e utiliza as nossas áreas verdes para atividades lúdicas, para atividades educativas, para caminhadas diárias e tudo mais.

Então, eu já posso concluir e vou pedir apenas um favor na minha conclusão, que, na devolutiva, a gente possa ver o Parque dos Príncipes incluído nos mapas um e cinco do Plano Diretor da cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Marcella Gomes Puppio. (Pausa) Ausente. Tem a palavra a Sra. Norma Sueli Uchôa Lima Silva. (Pausa) Ausente. Tem a palavra a Sra. Clariana Cunha. (Pausa) Ausente. Tem a palavra a Sra. Cleiri Lima Sabino. (Pausa) Ausente. Tem a palavra o Sr. Antônio Marcelo de Souza Lima, conselheiro participativo municipal. (Pausa) Ausente. Tem a palavra o Sr. Agenor Pereira Camurça. (Pausa) Ausente. Tem a palavra o Sr. Fabiano Rogério de Freitas. (Pausa) Ausente.

Sr. Nelson Ferreira Filho, da Associação dos Moradores do Mirante do Jardim São Paulo.

O SR. NELSON FERREIRA FILHO – Boa noite, boa noite a todos.

A grande questão aí é que se é o Plano Diretor para uma cidade com o tamanho de São Paulo, ele não pode ser pensado e muito menos elaborado a defender segmentos. Muito pelo contrário, todo segmento tem seus direitos de ser contemplado diante de uma estrutura digna como uma cidade que vem a oferecer a todos.

Na cidade de São Paulo, não se vê, em nenhum momento, na discussão do Plano Diretor, o pessoal preocupado, de fato, com a infraestrutura e com a cidade que contemple a todos. Nossa cidade precisa ser reestruturada? Precisa, mas, em nenhum momento, está se vendo a garantia de direitos, para que haja uma verdadeira fiscalização da outorga onerosa. Sempre se fala muito em outorga, outorga, outorga. Mas como é usado? Quem fiscaliza isso? Veem bairros se transformando e crescendo verticalmente. São coisas absurdas e não veem as contrapartidas ao entorno, não veem melhorias e não veem infraestrutura para isso.

Sobre essa questão que surgiu do Mirante, quem votou e quem tentou derrubar uma lei que já existe há vários e vários anos, na realidade, sequer conhece o bairro e sequer conhece o Mirante e muito menos para que serve o Mirante na cidade de São Paulo. Se pensarem em mover uma ação para se acabar com o Mirante, vão acabar impedindo um instrumento que é de máxima importância, que possa medir as referências do clima na cidade de São Paulo. Isso salva vidas. Se se antecedem os acontecimentos, acabam-se preservando vidas e, na realidade, não tenho dúvida alguma que isso foi uma das medidas impostas pelo setor por pura e simples especulação imobiliária. Não estavam preocupados com a estação tecnológica e meteorológica que existe lá. Estavam preocupados em quê? Em liberar área para construção da verticalização naquele território. Isso que foi um grande absurdo.

Queria aproveitar a oportunidade aqui. Com certeza, o Prefeito e seus assessores estão ouvindo a audiência. A mesma sensibilidade que o Prefeito teve para assumir o compromisso de que não iria acabar com o Mirante, ele também terá - tenho certeza de que ele

vai ter - para que impeça que esse processo continue e seja feito e discutido de forma, de fato, num processo democrático, e essa questão de se querer lutar para que prédios, em São Paulo, se verticalizem acima do que está sendo é um verdadeiro absurdo. São Paulo é uma cidade que não aguenta mais crescer fisicamente. Isso jamais vai impedir o desenvolvimento da cidade de São Paulo economicamente. São Paulo é uma cidade que tem um crescimento econômico constante e não é construindo prédios mais altos que vão melhorar ou acelerar esse crescimento econômico e sim vai acabar o quê? Prestigiando o bolso de alguns, com segmentos específicos, que são, pura e simplesmente, especulações imobiliárias.

Então, eu acho que é isso que tem que ser revisto. Para se rever tudo isso agora, a ponto de ser votado, é um processo complicado. Então, mais uma vez, é um apelo ao Prefeito Ricardo Nunes, que teve a sensibilidade de assumir compromisso de que o Mirante que irá acabar. E que o Poder Executivo haja - embora exista essa ligação, Poder Executivo e Poder Legislativo - para que esse processo não prossiga e se reinicie. Não há problema algum. O maior erro é não reconhecer os erros. Foi um erro tocar esse processo à frente. E reiniciem, de fato, como tem que ser discutido, de forma democrática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Artur Monteiro, do Movimento Desmonte Minhocão. (Pausa)
Ausente.

Tem a palavra o Sr. Mauricio Freire.

Mauricio Freire, o senhor nos ouve? (Pausa) Sr. Mauricio Freire, não vem retorno da voz do senhor. O senhor deixou ligado o seu microfone? (Pausa) Sr. Mauricio, infelizmente nós não estamos tendo retorno. Eu gostaria de convidar e solicitar ao senhor, se possível, que, na próxima audiência pública o senhor possa se inscrever novamente, se não de maneira presencial, pelo *chat*, para que a gente possa receber as ponderações do senhor. De toda forma, nós estamos à disposição para receber os comentários. Inclusive, em meu *e-mail*, eu estou à disposição, ou no *site* da Câmara.

Muito obrigado. Eu peço desculpas.

Não havendo mais inscritos, dou por encerrada essa audiência pública, não sem antes deixar de agradecer a presença de todos os presentes, todos os Vereadores e todos aqueles que acompanharam até agora e aqueles que participaram em algum momento dessa audiência. Também agradeço a toda a assessoria da Câmara pela paciência de estar conosco até tarde da noite, bem como os guardas e todos aqui presentes.

Muito obrigado e uma ótima noite.
